

A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XXI: IDENTIDADE REGIONAL, SISTEMA AGRÍCOLA, ÉTICA AMBIENTAL E MODO DE VIDA RURAL

Scott William Hoefle

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho realça o papel da identidade regional nas transformações sócio-ambientais nas duas principais fronteiras agrícolas contemporâneas na Amazônia, localizadas respectivamente, nos eixos logísticos das BR-230/BR-163 no oeste do Pará e das BR-230/BR-319 no sul do Amazonas. As transformações em curso ao longo das estradas são contrastadas com as tendências presentes em zonas ribeirinhas localizadas além da fronteira agrícola que são mais típicas da Amazônia preservada. Com o intuito de apresentar um quadro complexo da Amazônia, caracteriza-se uma diversidade de atores sociais com origem e identidade regional distintas que praticam sistemas agrícolas diferentes, possuem éticas ambientais opostas e desenvolvem modos de vidas comunitários com implicações sócio-ambientais específicas.

Palavras-chave: identidade regional; ética ambiental; modo de vida rural; desenvolvimento comunitário; fronteiras agrícolas da Amazônia.

Abstract

This article focuses on the role of regional identity in the socio-environmental transformations present on the two main contemporary frontiers of the Brazilian Amazon located respectively along the major logistic axes of the BR-230/BR-163 highways in western Pará state and the BR-230/BR-319 highways in southern Amazonas state. These transformations are contrasted to those present in riverine areas located beyond the frontier which are more typical of historic preserved Amazonia. The expanding frontier is shown to have attracted a diversity of settlers from all of over Brazil who bring very different cultural backgrounds to the region, practice different kinds of agriculture, possess opposing environmental ethics and develop modes of communitarian life with specific environmental and social impacts.

Key words: regional identity; environmental ethics; rural livelihoods; community development; expanding frontiers of the Amazon.

No fim do século XX questões de identidade cultural reapareceram no cenário global com o fim do socialismo e o declínio da democracia social. A prolongada crise político-econômica dos anos de 1970 e 1980 provocou a erosão do Estado de Bem Estar e, no vácuo político surgiram vários movimentos de resistência de segmentos sociais específicos reagindo à crescente desigualdade social num mundo dominado pelo capitalismo liberal triunfante. Pelo lado positivo, os movimentos buscaram o empoderamento político e inclusão social e cultural de grupos historicamente marginalizados: povos nativos, afrodescendentes, camponeses, transgêneros e até mesmo um grupo majoritário como no caso das mulheres (BEBBINGTON e THIELE, 1993; FRIEDMANN, 1992; HALE, 1997). Pelo outro lado, também surgiram conflitos entre

diferentes grupos étnicos e religiosos dentro de um mesmo território em função de legados coloniais passados mal resolvidos, como no Leste Europeu, na África e na Ásia, pronunciando o violento XXI a seguir (COLE, 1995; GREGORY, 2004; VARSHNEY, 2002). Finalmente, há hoje o movimento dos excluídos pela globalização e pela robotização, ignorados pelos partidos políticos tradicionais, que se aventuram no neofascismo.

A questão da identidade cultural é tão antiga quanto a Geografia acadêmica e mostra como o fenômeno é uma faca de dois gumes. No fim do século XIX, Ratzel e Durkheim travaram um debate nas páginas da renomada *Année sociologique*. Ao avaliar vários livros de Ratzel na revista, Durkheim criticou o conceito do *Boden* de um Estado, que para Ratzel envolvia uma dimensão quase espiritual do afeto de um povo à sua terra. Para um racionalista como Durkheim, o *Boden* não era um conceito científico e, portanto, não servia como um fato geográfico que podia ser usado na construção desta disciplina. Durkheim interpretou *Boden* de forma mais objetiva: estritamente como solo. As sociedades desenvolvem suas atividades sobre um solo, mas este pouco influencia em seu desenvolvimento, pois, para Durkheim deve-se explicar um fato social com outro fato social, jamais com o relacionamento sentimental pela terra [DURKHEIM, 1896-97, 1897-98; 1987(1896)].

Ratzel (1898-99), por sua vez, respondeu que os sociólogos constroem castelos no ar. Para ele, existia, sim, uma relação complexa entre o homem e o meio e a abordagem teórica proposta por Ratzel parecia com o que veio ser mais tarde o conceito de território na Geografia. Contudo, em outras publicações [1896 (1885-87), 1996(1896)], Ratzel fez uma apologia pela expansão imperialista do território alemão, na busca do seu *Lebensraum*, o espaço para um povo viver. Este lado sombrio da questão de identidade territorial ajudou a provocar a Primeira e Segunda Guerra Mundial, o nazismo e o genocídio.

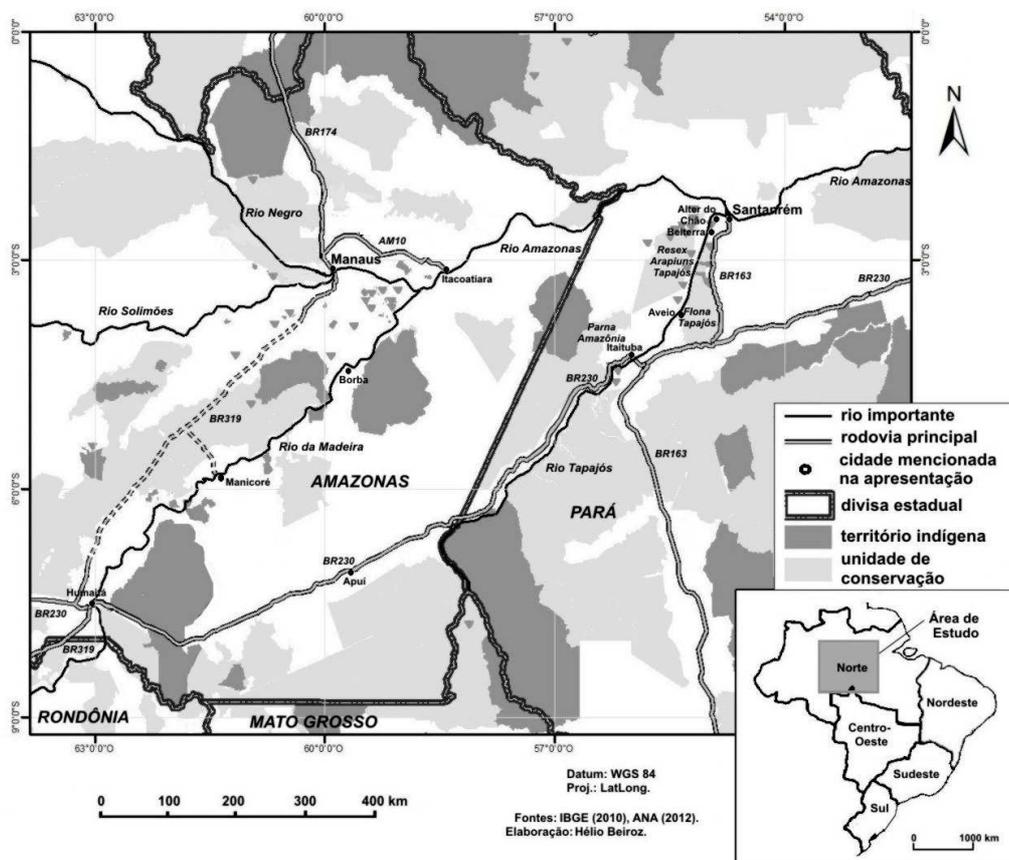
No fim do século XX, após longo domínio dos conceitos de região e de espaço, alguns geógrafos desenvolveram o conceito de território como um conceito alternativo política e culturalmente mais complexo. Para Soja (1971) o território é o espaço abstrato acrescentado de comportamentos humanos específicos. Já para Sack (1986), o território surgiu com os impérios da Antiguidade, nos quais o distrito político, onde vivem as pessoas, passa a ser o princípio de identidade e pertencimento individual em sociedades maiores nas quais o parentesco não funcionava mais como aglutinador social. O território no sentido da especificidade cultural ao nível local veio a ser o conceito chave nas ações da União Europeia para regiões periféricas pobres (RAY, 2006), abordagem política adotada no país em ações do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. Finalmente, Murphy (2013) observa que, apesar do domínio de novas abordagens sobre redes, fluxos e espaços relacionais que acompanharam o processo de globalização na virada do século, o conceito de território continua sendo pertinente hoje, pois, questões de poder, nacionalismo e identidade não foram superadas pela globalização, muito pelo contrário, foram acerbadas, como mostra o exemplo atual do apego feroz do Estado Islâmico a um território.

No país, Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert da Costa são os maiores estudiosos da relação entre identidade e território (SOUZA, 1995, 2013; COSTA, 1995, 1997). É exatamente o estudo do segundo autor, sobre agricultores gaúchos envolvidos em processos de desterritorialização e reterritorialização, que tem a maior relevância para o presente trabalho. Contudo, seguimos aqui a abordagem multifocal de Richter (2002) no seu estudo sobre relações entre grupos étnicos na fronteira norte-americana, na qual a reterritorialização de um grupo social resultou na

desterritorialização e marginalização dos demais, ou, seja, no imperialismo territorial e cultural à moda de Ratzel.

Com estas ponderações em mente, o presente trabalho foca a complexidade cultural das tendências sócio-ambientais presentes nas duas principais frentes de expansão agrícola, visando questionar interpretações históricas simplistas sobre degradação ambiental e conflito entre atores sociais na Amazônia. Avalia-se como a distância relativa perante mercados consumidores e a origem regional de imigrantes e ribeirinhos afetam sua percepção da paisagem rural, influenciam o tipo e a intensidade das atividades agrícolas exploradas, gerando impactos ambientais e sociais diferentes, facilitam ou dificultam o desenvolvimento comunitário e a construção de modos de vida rural sustentáveis.

Todos os produtores rurais pesquisados no oeste do Pará e no sul do Amazonas enfrentam as mesmas limitações regionais de sistemas de transporte deficientes e falta de mercados locais. Também confrontam sérias barreiras ecológicas à produção agrícola em escala maior e, a partir dos anos de 1990, limitações impostas pela legislação ambiental que visa diminuir o desmatamento e a pesca predatória bem como a criação de unidades de conservação e terras indígenas que impedem a expansão livre da fronteira de expansão agrícola na Amazônia Central (Mapa 1). Contudo, a intensidade dos problemas é sentida pelos produtores de forma diferente dependendo da bagagem cultural que trazem e onde se encontram, situados dentro ou fora de unidades de conservação e próximos ou distantes dos principais mercados consumidores.



Mapa 1. Área de estudo.

A pesquisa

A comparação da fronteira agrícola do oeste do Pará com a do sul do Amazonas se baseia em informações primárias e secundárias levantadas *in situ* entre 1997 e 2013. As duas frentes de expansão se localizam na Amazônia Central, para onde se desloca a fronteira agrícola hoje. Em 2008, 2010 e 2013 foram realizados trabalhos de campo no oeste do Pará na frente de expansão e ao longo dos rios Amazonas, Arapiuns e Tapajós sobre uso da terra, disputa de posse e violência, técnica agropecuária, tendências de desmatamento, comercialização de produtos agrícolas, fontes de renda, organização comunitária, articulação às diferentes escalas de poder político, acesso aos serviços públicos, história migratória, condições de vida, relações familiares, religião e visão do mundo em entrevistas com 115 camponeses de fronteira, camponeses ribeirinhos, fazendeiros e produtores do agronegócio nos municípios de Aveiro, Belterra, Itaituba e Santarém. No sul do Amazonas estes assuntos foram levantados na frente de expansão e ao longo dos rios Madeira e Manicoré entre 124 dos mesmos atores rurais em trabalhos de campo realizados em 1997, 2002 e 2005 nos municípios de Humaitá e Manicoré.

Além disso, no oeste do Pará foram realizadas entrevistas e coleta de dados secundários junto a técnicos regionais do IBAMA, do ICMBio e do INCRA. Foram ainda consultados representantes do Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém e Belterra, da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós, da Associação de Produtores da Margem Esquerda do Tapajós, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, do Instituto Social Boanerges Sena de Santarém, do Museu Municipal de Itaituba e o bispo da Igreja Católica em Santarém. No sul do Amazonas os mesmos levantamentos foram feitos junto a técnicos do IBAMA e do INCRA, a escrivães de cartórios criminais e ao bispo de Humaitá.

Na comparação das transformações sócio-ambientais em cada área, além de avaliar as questões clássicas dos estudos do século XX sobre a Amazônia, tais como o desmatamento, a disputa violenta pelos recursos naturais, a inviabilidade dos sistemas agrícolas e a mobilidade espacial da população, foram acrescentados aqui outros tópicos como a percepção da paisagem e a ética ambiental, a formação de capital social e humano, a religiosidade e visão de mundo e condições de vida em geral. Como as condições de vida são tanto um resultado quanto um condicionante das outras dimensões da vida na fronteira agrícola o presente trabalho se debruça sobre as condições de moradia e o acesso aos serviços públicos de educação e de saúde que perfazem os direitos mais básicos do cidadão, onde quer que more. Em particular, serão comparadas as casas dos diferentes atores sociais como expressão concreta da desigualdade social que reina no país. No rastro da obra clássica *About the House*, em mais de quarenta anos de pesquisas realizadas em diferentes regiões do país, a casa sempre se sobressaiu como o símbolo maior da qualidade ou da pobreza da vida de uma família e de sua posição social (cf. BICALHO e HOEFLE, 1989; CARSTEN e HUGH-JONES, 1995; HOEFLE, 1992, 1993, 2009a; HOEFLE e BICALHO, 2017).

Oeste do Pará

Através dos séculos diferentes surtos econômicos do oeste do Pará sempre foram ordenados por Santarém, uma cidade média com 215.970 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). Sucessivos surtos provocaram deslocamentos de população e engajaram grupos sociais distintos oriundos de diferentes regiões do país. A população histórica indígena e cabocla, de ascendência indígena-européia, se encontra ao longo dos rios Amazonas, Arapiuns e Tapajós. No auge da seringa no fim do século XIX e no início do século XX se misturou a esta população nordestinos que também tinha significativa ascendência indígena.

A corrida pelo ouro e a colonização agrícola da segunda metade do século XX levaram mais nordestinos para assentamentos situados ao longo das novas rodovias construídas. Além de pequenos produtores também surgiram fazendas de gado ao longo das estradas situadas nos interstícios dos assentamentos. Os fazendeiros são de origem urbana local ou do Nordeste que, após sucesso no comércio urbano ou no garimpo, compraram propriedades médias e grandes num raio de 100 km de Santarém e Itaituba.

Finalmente, o surgimento do agro-negócio de grãos no fim dos anos de 1990 nos arredores de Santarém atraiu sulistas com passagem pelo Centro-Oeste. Num raio de cerca de 50 a 60 quilômetros da cidade os produtores de commodities compraram quase todas as fazendas de gado existentes e boa parte das pequenas propriedades. Com isso alguns dos fazendeiros de gado e uma parte dos pequenos produtores se realocaram mais ao sul, mas a maioria saiu do campo para morar na cidade de Santarém. Esta se tornou um mercado significativo para produtos agrícolas, diferenciando a região da maioria da Amazônia que carece de mercados.

Assim sendo, surgiu no espaço rural forte separação étnico-social, na qual cada espaço oferece oportunidades distintas (Tabela 1). A população local dos rios e das rodovias próximas Santarém consegue sustentar uma vida relativamente próspera enquanto a população histórica situada ao longo dos rios distantes e os nordestinos das frentes de expansão vivem em pobreza.

Tabela 1. Origem regional dos diferentes tipos de agricultor entrevistado na região Itaituba-Santarém (%).

<i>Tipo de produtor</i>	<i>Local (Rios)</i>	<i>Local (Rodovias)</i>	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Centro Oeste</i>	<i>Sul-Sudeste</i>
SANTARÉM-BELTERRA-AVEIO						
<i>Produtor Ribeirinho</i>						
Pequeno produtor da várzea do Amazonas	100	0	0	0	0	0
Pequeno produtor da beira do Tapajós	100	0	0	0	0	0
<i>Produtor de Rodovia</i>						
Pequeno produtor de fruta próximo	100	0	0	0	0	0
Pequeno granjeiro	0	100	0	0	0	0
Fazendeiro	0	0	0	100	0	0
Produtor do agronegócio	0	0	0	0	0	100
Trabalhador do agronegócio	0	36	0	64	0	0
ITAITUBA						
<i>Produtor de Rodovia</i>						
Pequeno produtor distante	0	5	0	87	5	3
Pequeno produtor próximo	0	0	0	100	0	0
Trabalhador de lavoura	0	0	0	100	0	0
Trabalhador de pecuária	0	36	0	64	0	0
Fazendeiro	0	0	0	100	0	0

Fonte de dados: Pesquisa de campo (2008, 2010, 2013).

Ribeirinhos históricos

Na agricultura ribeirinha os melhores solos agrícolas dos tipos gleissolo háplico eutrófico, neossolo fluvico e argissolo vermelho-amarelo se encontram na várzea do rio Amazonas e suas ilhas, rio rico em sedimentos suspensos, depositados por cheias anuais. Já as terras às margens dos rios Arapiuns e Tapajós do tipo neossolo quartzarênico são arenosas e pobres, uma vez que o primeiro rio é do tipo negro e o segundo do tipo cristalino, ambos carentes em sedimentos suspensos (IBGE, 2012). A diferença em fertilidade do solo reflete diretamente no potencial agrícola, renda e qualidade de vida dos ribeirinhos.

A produção agrícola na várzea do rio Amazonas já foi maior durante o ciclo da juta nos anos de 1930 até os anos de 1980. O colapso desta atividade obrigou os produtores ribeirinhos a procurar novos produtos comerciais (BICALHO, 2009a, 2009b). Com o crescimento da cidade de Santarém, surgiu um mercado para hortaliças de consumo tipicamente urbano. O cultivo de alface, chicória, cebolinha, coentro, pimentão e salsa exigem solos férteis que só se encontram na zona da várzea. Os ribeirinhos também plantam banana, mamão havaí e melancia visando o mercado da cidade. A maioria dos produtos exige maiores cuidados culturais, inclusive o uso de fertilizante e defensivo. Além disso, as hortaliças e as frutas são produtos perecíveis, que precisam chegar rapidamente ao mercado. Geram bastante produção e renda por área cultivada, sendo assim apropriadas para produtores ribeirinhos que possuem diminutas áreas localizadas ao longo do rio Amazonas nas ilhas próximas à cidade (Tabela 2).

Tabela 2. Uso da terra entre pequenos produtores ribeirinhos (hectares).

Tipo de produtor	Lavoura		Pasto		Descanso / capoeira		Lago, igapó e floresta		Total	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Capitalizado no rio Amazonas	1,3	16,9	0	0	0,8	10,4	5,6	72,7	7,7	100,0
De alimento básico no rio Tapajós (UC*)	1,0	1,4	0,4	0,5	7,8	10,9	62,5	87,2	71,7	100,0
De alimento básico no rio Tapajós (fora de UC*)	0,5	0,6	5,8	6,9	1,6	1,9	75,9	90,6	83,8	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2010, 2013). * unidade de conservação

Na várzea a produção agrícola fica concentrada na restinga, uma faixa de terra de aluvião, de 100 a 800 metros de largura de frente, localizada ao longo do rio principal. A posse dos produtores entrevistados varia de 25 a 100 metros de frente para o rio e totaliza em média 7,7 hectares. Eles plantam áreas pequenas, apenas 1,3 hectares em média, mas altamente produtivas, extraindo múltiplas safras por ano, especialmente quando usam canteiras elevadas acima do nível da cheia anual. Por trás da restinga existem lagos e igapó, a onde é praticada a pesca tradicional. Contudo, a demanda urbana por peixe também estimulou alguns produtores a desenvolver a piscicultura nos lagos.

Pelos padrões regionais, os produtores entrevistados na várzea tinham uma elevada renda anual de R\$ 35.230 em 2010, sustentando um padrão de vida relativamente próspera (Tabela 3). Têm casas boas de madeira aparelhada pintada e telhado de amianto. Há por volta de seis cômodos (uma sala, três quartos, cozinha e banheiro dentro da casa). Os móveis são de fórmica. Têm

gerador elétrico próprio ou luz solar e de eletrodomésticos têm som, televisão e fogão a gás (Figura 1). Os materiais da casa, os móveis e o tipo de eletrodoméstico são bem adaptados às cheias anuais e a falta de energia pública.

Tabela 3. Renda anual média de pequeno produtor ribeirinho por fonte (R\$ 2013*).

<i>Atividade rural</i>	<i>Trabalhador rural</i>	<i>Produtor Amazonas (2010)</i>	<i>Produtor Tapajós fora de UC</i>	<i>Produtor Tapajós em UC</i>	<i>Produtor COOM-Flona do Tapajós em UC</i>
Lavoura	0	24.720	1.445	1.478	7.425
Criação de animal pequeno	0	500	75	47	127
Criação de gado bovino	0	0	225	0	513
Seringa e óleo silvestre	0	0	864	301	1.200
Pesca	0	2.300	3.614	150	0
Diarista/assalariado agrícola	8.676	0	0	193	18.733
Assalariado não agrícola	0	6.630	0	0	0
Repasse social	2.400	1.080	3.876	7.458	1.968
Bolsa verde	0	0	0	50	1.200
Total	11.076	35.230	10.099	9.677	31.166

Fonte: Pesquisa de campo (2013). *salário mínimo mensal em 2010 = R\$ 510; em 2013 = R\$ 678.



Figura 1. Casa de pequeno produtor capitalizado na várzea do rio Amazonas. Fonte: pesquisa de campo (2010).

Os produtores da várzea também têm acesso a escola, posto de saúde e outros serviços públicos, nas quais há oportunidade de emprego como professor ou agente de saúde para os membros da família. As comunidades na várzea são politicamente as mais bem organizadas da região de estudo. Há décadas são auxiliadas pela Igreja Católica e pelo IPAM, uma organização não governamental. Não foi percebido nenhum indício de grilagem de terra ou de violência, sendo a várzea hoje objeto de projetos do INCRA promovendo a regulação fundiária.

Não existem várzeas ao longo dos rios Arapuins e Tapajós e os solos de terra firme são bastante arenosos, propiciando aos produtores ribeirinhos poucas opções de cultivo, basicamente o plantio de pequenas áreas de alimentos básicos para seu consumo. A seringa já foi muito importante no passado, mas após o colapso da atividade no século XX, gera pouca renda hoje. As unidades de conservação nas duas margens do Tapajós, a Flona do Tapajós criada em 1974 e a Resex Tapajós-Arapuins em 1998, também limitam a atividade agrícola dos habitantes tradicionais da região. Na primeira só é permitido o plantio de um hectare de lavoura e na segunda dois hectares.

Além disso, os produtores não podem desenvolver a pesca em nível comercial nem criar gado bovino. A criação fica restrita a aves e suínos e existem comunidades que proíbem a presença de suínos porque costumam invadir a roça alheia. Em função das restrições os pequenos produtores residentes nas unidades de conservação apenas plantam em média 1,0 hectare de lavoura, geralmente mandioca para venda e consumo e milho, feijão e banana e outras frutíferas para o auto-abastecimento. A área plantada abrange apenas 1,4% da área total do estabelecimento, tendo ainda 7,8 hectares em capoeira e 62,5 hectares em mata.

Conseqüentemente, a renda agropecuária fica bastante restrita, sendo apenas R\$ 1.525 em média entre os entrevistados no ano de 2013. Para compensar as restrições à produção agropecuária, a direção das unidades de conservação estimula a exploração de produtos não-agrícolas e não-madeireiras, como látex, óleo, semente de árvore e apicultura, mas por enquanto esta produção gera uma renda irrisória, somente R\$301 em média entre os entrevistados. A tentativa de introduzir eco-turismo também beneficia poucas famílias e gera uma renda sazonal de R\$ 400 para quem explora esta atividade. Assim sendo, a renda total rural fica insatisfatória, somando apenas R\$ 2.169 em 2013, fazendo com que a população fique dependente aos repasses sociais e ambientais do governo federal. Sem muita perspectiva de emprego, a população jovem acaba saindo do campo ficando nas unidades de conservação grande número de idosos que vivem de aposentarias.

Os produtores moram em casas simples de madeira, com piso de terra batida ou de chão de cimento e telhado de palha ou tela vão (Figura 2). A casa tem de três a quatro cômodos: uma sala, uma cozinha e um ou dois quartos. O banheiro fica fora da casa e tem fossa sanitária. A água é de poço ou apanhada diretamente no rio. A energia elétrica é fornecida por gerador comunitário que funciona das 18 às 22 horas. Os móveis da casa são de madeira rústica. Possuem poucos eletrodomésticos, geralmente só um rádio e às vezes uma TV e máquina de costura.

Os produtores localizados fora de unidades de conservação não sofrem as mesmas restrições ambientais, mas se situam muito distantes dos principais mercados urbanos de Santarém e Itaituba, de forma que também tem baixa renda agrícola, R\$ 1.884 em 2013. Estes plantam pouco, pescam mais comercialmente e podem criar bovinos ao lado de suínos e aves, sendo a pesca

a atividade mais importante para a renda rural. Por outro lado, como há menos idosos no grupo, recebem metade dos repasses sociais que a população residente nas unidades de conservação.



Figura 2. Casa típica de pequeno produtor residente na Flona do Tapajós. Fonte: pesquisa de campo (2010).

Numa perspectiva comunitária, em parceria com o IBAMA e o ICMBio, as associações dos produtores ribeirinhos da Flona do Tapajós desenvolveram um sistema de extração de madeira sustentável em base comunitária que entrou em produção em 2010. Esta atividade gera três vezes a renda ganha por agricultores ribeirinhos típicos do Tapajós. Com a expansão da escala da exploração e a construção de uma serraria para beneficiar tora visando acrescentar maior valor, a cooperativa passará a empregar trabalhadores de 14% das famílias da Flona.

A população residente na Flona nem sempre contou com a cooperação da administração e teve que lutar durante décadas para garantir sua permanência na unidade de conservação e para ter o direito exclusivo de explorar comercialmente a extração de madeira. Com base na ética ambiental bio-cêntrica, que separa a natureza da sociedade humana e zela exclusivamente pelo bem do ecossistema, durante décadas a administração trabalhava para retirar a população tradicional de dentro da reserva. Através dos anos, a organização política dos ribeirinhos evoluiu de associações comunitárias originalmente incentivadas pela Igreja Católica, visando ordenar a pesca e plei-

tear serviços públicos, para três organizações inter-comunitárias e finalmente uma cooperativa unindo todos em prol da exploração sustentável de madeira. Durante este período, a ética ambiental dos administradores da Flona também mudou, culminando no Sistema Nacional de Unidades de Conservação de 2000, que admite unidades de conservação com uso sustentável por populações históricas, como no caso de Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas. Foi justamente a Flona do Tapajós que serviu de modelo para outras Flonas no país e até para a Resex Arapiuns-Tapajós implantada em 1998 atendendo reivindicação da população do outro lado do rio Tapajós.

Através de sua união política, com base no seu capital simbólico de uma identidade em comum, os ribeirinhos desenvolveram capital social passando da unidade comunitária interna para a escala inter-comunitária. Alcançando esse grau de organização, em seguida, conseguiram se conectar a atores e agentes externos que puderam fornecer recursos e capacitação técnico-administrativa necessários para construir capital humano especializado. Essa capacitação, por sua vez, possibilitou a formação do capital econômico necessário para o sucesso do empreendimento madeireiro (veja BICALHO e HOEFLE, 2013, 2015 para maiores detalhes).

A visão de mundo e a ética ambiental fazem parte integral da identidade ribeirinha que serviu de base para a mobilização política. A grande maioria da população é católica. Existem comunidades pentecostais, mas essa diferença não interferiu com a união inter-comunitária, nem com a visão do mundo encantada vitalista, comum em áreas ribeirinhas da Amazônia (HOEFLE, 2009b; 2013; SLATER, 1994; SMITH, 1996). Em visões do mundo encantadas a Natureza não é dividida em fenômeno material-físico versus espiritual-metafísica ou orgânica-vital versus inorgânica-não-vital. Não só humanos, a fauna e a flora são organismos vivos, mas também a terra, a água e até pedras podem ser consideradas entidades vivas possuindo atributos vitais. Consequentemente, os humanos não são seres a parte, mas, sim, intimamente ligados a uma terra holística cuja vitalidade deve ser conservada. Além disso, as esferas naturais, sociais e espirituais são interconectadas e não consideradas como mundos separados no tempo e no espaço. Assim sendo, a Natureza é animada com entidades espirituais com quem os humanos precisam interagir em reciprocidade, ao mesmo tempo em que o contato com os ancestrais não é cortado com a morte (veja HOEFLE, 2016 para maiores detalhes).

A visão de mundo dos ribeirinhos do rio Amazonas e do rio Tapajós abrange espíritos e criaturas fabulosas da floresta e dos rios, mesclados com a visão espiritualmente bifurcada do catolicismo e protestantismo popular que admite a interferência divina e até diabólica na vida das pessoas e suas atividades. Esta visão do mundo une elementos indígenas com um cristianismo popular pouco afeitado pelo processo do desencantamento promovido pela reformas religiosas iniciadas na Europa a partir do século XII. O desencantamento visava apagar a crença na interferência de almas de antepassados, nos espíritos do mato e no culto acentuado nos santos (cf. SCHNEIDER, 1990), crenças estas ainda presentes entre os ribeirinhos estudados.

O curupira é o espírito da floresta mais conhecido. É considerado a “chefe da floresta” ou a “mãe da floresta”, um ente feminino. É a protetora dos animais, e, se caçar mais que o necessário para comer, ela faz com que o caçador se perca na floresta e desarma armadilha. Além do curupira, existem outras criaturas da floresta, tais como o jurupiri e o matita pereira, e dos rios, como a mãe d’água (“chefe dos igarapés”), a cobra grande e o boto (que se transforma em gente e seduz moça). Além disso, almas perdidas e visagens aparecem durante a noite vagando pelos caminhos

solitários e aterrorizam os vivos. De forma geral, os espíritos e as transformações servem para impor certos limites à exploração ambiental e ao comportamento humano. A única diferença entre católicos e protestantes é o culto aos santos dos primeiros que é negado pelos segundos.

O caso de uma comunidade ribeirinha que foi transformada em comunidade de estrada mostra como a visão de mundo muda. Antes da construção da estrada pavimentada ligando Santarém com o balneário de Alter do Chão, a comunidade de Santa Luzia era de difícil acesso através de um igarapé ao rio Tapajós. Hoje a comunidade é ligada à PA-457 e é bem servida por serviços públicos de educação e de saúde que difundem visão de mundo materialista e secular que nega a existência das criaturas sobrenaturais e extraordinárias. Nas entrevistas quando os agricultores foram perguntados sobre os espíritos da floresta e dos rios foi chamado um senhor de 86 anos que se criou no lugar quando ainda era uma comunidade ribeirinha. Ele descreveu todas as criaturas em grande detalhe e seus netos presentes ficaram admirados, pois nunca ouviram falar delas. Se não tivesse ocorrido nossa entrevista os netos nunca teriam escutado as estórias do avô cujo conhecimento teria desaparecido com sua morte.

Pequenos produtores de beira de estrada

Antes da construção das rodovias federais como parte da colonização planejada na década de 1970, já nos anos de 1950, teve início a construção de estradas rudimentares pelo Governo Estadual no chamado "Planalto de Santarém": a PA-431 e PA-433 em direção ao sul, e a PA-370 em direção ao sudeste da cidade. Esta formação plana, residual de erosão antiga, elevada a mais de 100 metros de altitude, estende-se por cerca de 100 quilômetros ao sul da cidade. No planalto existem solos do tipo de Latossolo Amarelo Distrófico de textura média em relevo de suave ondulação (IBGE, 2012). A fertilidade destes solos pode ser inferior a do solo das várzeas do Amazonas, mas é superior ao Neossolo Quartzarênico das terras às margens do rio Tapajós. Assim sendo, essa área foi passiva à colonização por pequenos produtores originários do Maranhão que exploravam alimentos básicos visando o autoabastecimento e o mercado de Santarém. Contudo, na época os agricultores enfrentaram sérios problemas para escoar sua produção para a cidade em função das péssimas condições das estradas (IBGE, 1970).

Com a abertura das rodovias federais, a região atraiu mais imigrante, mas poucos foram para os novos projetos de assentamento do INCRA ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) e a maioria foi diretamente para o garimpo de ouro nos tributários do rio Tapajós no município de Itaituba. Conseqüentemente, a população ativa na agricultura ficou estagnada até 1990 quando a corrida ao ouro entrou em colapso e parte dos garimpos se instalou nos ramais da BR-163 e BR-230 que hoje é a parte mais avançada ao oeste da fronteira agrícola na Amazônia Oriental.

Existem três tipos de pequenos produtores de estrada na região de Itaituba-Santarém que se distinguem por diferenças em distância relativa aos mercados consumidores. Um grupo são camponeses clássicos de fronteira que se situam ao longo de estradas mal conservadas distantes dos centros urbanos. Um segundo grupo se localiza em ramais da BR-230 próximas à cidade de Itaituba e um terceiro grupo ao longo de estrada asfaltada próxima a Santarém.

O primeiro grupo é composto de ex-garimpeiros, hoje camponeses de fronteira agrícola que enfrentam as mesmas limitações à produção comercial que outros agricultores das rodovias mal conservadas da Amazônia. A maioria das lavouras é colhida durante a estação chuvosa quando os ramais e estradas principais não pavimentadas se encontram intransitáveis. Em função dos problemas com escoamento, os agricultores não exploram produto perecível que poderia gerar maior valor de mercado. Plantam pequenas áreas de feijão, milho, mandioca e uma variedade de frutíferas visando sua subsistência e arroz para mercados locais (Tabela 4).

Tabela 4. Uso da terra entre pequenos produtores de estrada na região Itaituba-Santarém.

Tipo de produtor	Lavoura		Pasto		Descanso / capoeira		Floresta		Total	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
De alimento básico (distante)	4,6	5,4	7,2	8,5	3,3	3,9	69,5	82,2	84,6	100,0
De alimento básico (próximo Itaituba)	6,4	5,0	7,2	5,7	9,9	7,8	103,3	81,5	126,8	100,0
Fruticultor (próximo Santarém)	3,2	27,8	2,0	17,4	5,3	46,1	1,0	8,7	11,5	100,0
Avicultor (BR-163 pavimentada)	1,8	1,8	0	0	38,2	38,2	60,0	60,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Suínos e aves também são criados para o autoabastecimento e algumas reses de gado podem ser vendidas. Contudo, o mercado urbano para alimentos é insignificante no oeste do Pará, a onde as cidades são poucas e muito distantes umas das outras. Como no passado em Maranhão o principal produto comercial continua sendo o arroz. Contudo, nos anos de 2000 apareceu um fungo que atacou a lavoura e diminuiu a produção comercial dos agricultores. Assim sendo, o camponês de fronteira ganha pouca renda agrícola, causando grande dependência dos repasses de programas sociais (Tabela 5).

Tabela 5. Renda anual média de trabalhadores e pequenos produtores segundo fonte de renda ao longo de rodovias da região de Itaituba-Santarém (R\$ 2008*).

Tipo de produtor ou trabalhador	Lavoura	Gado	Animais pequenos	Diária/ salário agrícola	Salário não agrícola	Repasse social	Total
trabalhador diarista lavoura	0	0	0	1.080	0	561	1.641
trabalhador permanente gado	0	0	0	4.875	0	0	4.875
produtor distante	938	869	213	19	886	1.915	4.840
produtor próximo Itaituba	7.137	1.092	914	0	683	2.876	12.702
fruticultor próximo Santarém	12.219	0	508	0	2.275	0	15.002
avicultor BR-163 pavimentada	0	0	38.250	0	0	0	38.250

Fonte de dados: Pesquisa de campo (2008). * salário mínimo mensal de 2008 = R \$415.

O produtor de frente de expansão tem relativamente pouca área em pousio, menos do que a área plantada, e isso representa uma ameaça à sustentabilidade no longo prazo. Não utiliza nenhuma fertilizante, nem defensivo contra pragas, ficando dependente exclusivamente da fertilidade natural do solo que uma vez aberta uma roça em floresta primária, se esgota rapidamente. De acordo com estudos da agricultura de queimada em zonas tropicais do mundo, para manter a fertilidade do solo seria necessário um pousio de pelos menos cinco anos e idealmente mais de oito anos (BOSERUP, 1965; RUTHERFORD, 1980; SIMMONS, 1989). Isso significa que seria neces-

sária uma área em pousio cinco a oito vezes o tamanho da área em produção.

Para superar estes problemas, alguns pequenos produtores plantam pasto para criar gado bovino. Contudo, o tamanho do lote padrão do INCRA é de 100 hectares, que pela legislação ambiental, só 20 hectares podem ser explorados e essa área em pasto não suporta um rebanho grande suficiente para gerar renda expressiva. Os produtores que criam gado acabam desmatando mais do que é permitido, para plantar maior área de pasto, e entram em conflito com o IBAMA. Para gerar renda também vendem madeira de lei e peles de animal de caça, que obviamente não são atividades sustentáveis. Além disso, podem recorrer à venda de um pedaço de terra. Seus estabelecimentos passam a ser sub-padrão, tendo em média apenas 84 hectares de terra, que piora ainda mais sua situação.

A falta de sustentabilidade da agricultura de frente de expansão, por sua vez, causa altos níveis de mobilidade espacial, porque após esgotar a fertilidade natural, o produtor passa para outro estabelecimento. Dos produtores situados nos ramais distantes, 57% deles já fizeram de cinco a oito mudanças de residência na sua vida e outros 16% de nove a quinze vezes. Boa parte das mudanças foi de garimpo em garimpo antes de 1990, mas as mudanças dos últimos vinte anos foram em função do esgotamento do solo na exploração agrícola. Contudo, o deslocamento contínuo da frente de expansão para o oeste foi interrompido quando entrou no Parque Nacional da Amazônia, provocando uma disputa política entre os camponeses e os órgãos de preservação ambiental.

A visão de mundo deste tipo de produtor reflete a mobilidade espacial. As limitações impostas pela legislação ambiental são muito criticadas pelos imigrantes porque são oriundos do Nordeste e o mais natural para eles seria limpar toda sua área para a produção agrícola. Sua percepção do ambiente é fruto das paisagens domesticadas do seu lugar de origem. Quase não há mais floresta no oeste do Maranhão e, conseqüentemente, sua ética ambiental carece dos elementos encantados dos ameríndios e ribeirinhos históricos da Amazônia citados acima, de forma que não existe nenhum impedimento ideológico ao desmatamento. Por outro lado, considera a terra e a água como entes vivos e acreditam na interferência divina e dos santos para ajuda em momentos de dificuldade agrícola ou de saúde. Também em função da simplicidade de suas técnicas agrícolas acreditam no mau olhado. Assim sendo, sua visão de mundo é puramente do tipo vitalista espiritualmente bifurcado sem elementos encantados mesclados.

Os problemas do camponês de fronteira podem ser realçados se comparado às atividades de um segundo grupo de pequenos produtores situados em área de colonização consolidada próxima à cidade de Itaituba. Estes se encontram em ramais com conservação razoável e tem acesso ao mercado urbano de mais de 70.000 consumidores (IBGE, 2010). Com tamanho médio do estabelecimento em torno de 126 hectares, este produtor tem 50% de terra a mais do que o produtor de ramal distante. Conseqüentemente, planta maior área em lavoura e cria mais animais, de forma que vende mais produção e ganha quase seis vezes a renda rural anual dos produtores dos ramais, R\$ 9.143 versus R\$ 1.848 em 2008. Todos os produtores entrevistados do segundo grupo são do Maranhão e metade deles já foram garimpeiros durante a sua vida, de forma que esse trajeto de vida em si não causa o fracasso agrícola. São agricultores bem sucedidos e moram no seu estabelecimento atual em média há mais de quinze anos. Antes de se fixar no seu estabelecimento atual, 83% deles mudaram de residência apenas quatro vezes ou menos, bem diferente do comportamento dos produtores distantes.

A diferença de renda e de localização influi diretamente no padrão de vida dos dois grupos. As casas dos produtores dos ramais distantes são bastante rudimentares. A maioria tem parede de barro, chão de terra batida e telhado de palha ou telha de madeira. São casas pequenas com três a quatro cômodos: uma sala, um ou dois quartos e um cozinha. O banheiro fica fora da casa, tem fossa sanitária ou simplesmente uma vala preta. Os produtores só possuem um fogão a gás ou de lenha e às vezes um som. Já os produtores situados próximos a Itaituba têm moradias relativamente melhores. As casas têm quatro ou cinco cômodos: uma sala, dois a três quartos, cozinha e banheiro dentro de casa que é ligado à fossa sanitária. As paredes são de tábua aparelhada, chão de cimento e telhado de amianto. Utiliza água de poço e tem energia elétrica do Programa de Luz para Todos. Consequentemente, a família possui maior número de eletrodomésticos: som, fogão a gás, geladeira, TV, liquidificador, ventilador e máquina de costura.

O terceiro grupo de pequeno produtor de estrada localiza-se ao longo de rodovia pavimentada. O trecho da BR-163 entre Santarém e Rurópolis já se encontra asfaltado e a pavimentação avança lentamente em direção ao Mato Grosso. Também foram implantadas outras estradas asfaltadas partindo de Santarém em direção ao oeste para Alter do Chão e ao leste para Esperança. Todas permitem atividades rurais mais rentáveis e apropriadas à pequena produção. Como a pecuária bovina não é a atividade mais indicada para o pequeno produtor, desde o início do processo da colonização planejada foram procuradas atividades mais intensivas e mais rentáveis, que possam ser viáveis num lote padrão do INCRA de 100 hectares. As atividades comerciais mais importantes no início da colonização foram a pimenta-do-reino e o cacau, e mais recentemente o açaí e o cupuaçu. Já antes de 1970 a pimenta-do-reino estava presente ao longo das estradas rudimentares, mas aos poucos foi atacada por fungo e ao mesmo tempo o preço caiu, de forma que só é visto hoje na região um ou outro pé abandonado.

No início da fase da colonização dirigida o cultivo de cacau também foi incentivado nos assentamentos localizados em toda a região de Itaituba-Santarém e após 1990 o cupuaçu. Contudo, o plantio em maior adensamento em solos pobres provocou o surgimento do fungo “vassoura-de-bruxa” (*Crinipellis perniciosa*), que arrasou estas frutíferas. Isso provocou a saída de população das antigas áreas de colonização planejada da BR-230. Um colono entrevistado é o último pequeno produtor presente num ramal e só tem um pequeno fazendeiro de vizinho. Todos os outros abandonaram seus lotes e foram morar em Itaituba.

Por enquanto o cultivo do açaí não encontra problema de praga, tem ótimas perspectivas de mercado para o pequeno produtor e propicia renda significativa: R\$ 15.902 ao ano em média em 2007 para os entrevistados. Contudo, a fruticultura comercial só é viável ao longo de estrada pavimentada e com a presença da eletricidade rural, o que permite escoar a produção durante a época de chuvas, quando se colhe a safra, além de possibilitar o congelamento da polpa. Os fruticultores são relativamente prósperos. Têm casa de alvenaria, com telha de amianto e chão de cimento ou cerâmica. Há seis cômodos: uma sala, 3 quartos, uma cozinha e banheiro interno. Os móveis são de fórmica na cozinha e estofados na sala. Possuem variedade de eletrodomésticos: som, TV, DVD, fogão a gás, geladeira, máquina de lavar, liquidificador, ventilador e às vezes telefone celular, raridade na época.

Avicultura é outra atividade apropriada à pequena produção que pode ser explorada quando há ligação por estrada pavimentada ao abatedouro de frango localizado na BR-163 cerca de 50 quilômetros ao sul de Santarém. Com o crescimento da cidade de Santarém surgiu um mercado

significativo para frango, a carne mais consumida por todas as classes sociais, inclusive pelo grupo majoritário de baixa renda. A abatedora tem firmado contratos de financiamento de instalação de granjas em pequenas propriedades, incluindo o fornecimento de pinto, ração e assistência técnica. A renda líquida de um produtor familiar na região era de R\$ 38.250 em 2009, bastante elevada, mas que exige longas horas de trabalho, sete dias por semana.

A mobilização política visando pressionar por desenvolvimento comunitário é menor entre os pequenos produtores de estrada em comparação aos ribeirinhos, mas maior do que a mobilização observada entre os produtores de estrada do sul do Amazonas (tratado abaixo). Isso decorre da origem em comum entre os produtores do oeste do Pará. A grande maioria saiu do oeste do Maranhão para o garimpo de Itaituba e depois para os ramais da região de Santarém-Itaituba. Assim sendo, tendo o mesmo trajeto de vida os agricultores demonstram bastante união política. Hoje moram em comunidades legalmente constituídas e pressionam com sucesso para o fornecimento de serviços básicos de educação e de saúde.

Sua união política também foi fundamental para evitar a retirada do Parque Nacional da Amazônia. Representado pelo Sindicato do Trabalhador Rural em negociações com o INCRA, o ICMBio e o IBAMA a maioria da área invadida do Parna acabou sendo afetada e transformada em projetos de assentamento de desenvolvimento sustentável do INCRA. Os limites orientais do Parna foram oficialmente re-delimitados em 2012 por um decreto polêmico que desafetou 780 km² de várias unidades de conservação do oeste do Pará visando a construção de barragens hidroelétricas no rio Tapajós (MTV 2011; WWF 2012). A atuação do Sindicato do Trabalhador Rural neste caso foi bem diferente do que normalmente ocorre nas frentes de expansão no Estado do Amazonas, a onde o sindicato apenas processa pedidos de aposentaria rural e mais nada. Assim sendo, a construção de capital social entre os camponeses da frente de expansão no oeste do Pará foi significativa, mas diferentemente dos ribeirinhos tratados acima, não avançou além da questão de posse da terra e acesso a serviços básicos.

Fazendeiros de gado

O processo de colonização planejada ao longo da BR-163 ao sul de Santarém também envolveu a instalação de fazendas de gado. Os donos são nordestinos, geralmente cearenses, que primeiro tiveram sucesso no comércio urbano e depois diversificam seus investimentos implantando fazendas. Esse tipo de atividade ocorre ainda hoje, mas em áreas mais distantes, a cerca de 100 quilômetros de Santarém, nos municípios de Belterra e Aveiro, que ficam além da zona de agronegócio da soja. Baseada em pasto de pisoteio, a pecuária de corte é atividade extensiva no uso da terra, de forma que exige grandes áreas de pasto para gerar uma renda significativa. Uma fazenda visitada em 2008 tinha 2.800 hectares de terra, dos quais 300 hectares em pasto para 300 cabeças de gado. Os animais são vendidos diretamente a um frigorífico de Santarém, gerando uma renda líquida de R\$90.090 em 2007. O proprietário da fazenda mora em Santarém e é o dono de vários supermercados na cidade. Ele estimou que a renda da fazenda representa cerca de 5% de sua renda total. O comerciante possui moradia de alto nível com área construída de 300 m². A casa é de alvenaria, tem chão de cerâmica e telhado de telha com forro. Há oito cômodos, inclusive três quartos suítes. Ele possui som, DVD, TV, geladeira, fogão a gás, máquina de lavar e com-

putador.

Em Itaituba formaram-se padrões semelhantes. Na BR-230, em direção leste a Rurópolis, a ocupação seguiu o modelo ordenado dos anos de 1970 com o assentamento de pequeno produtor. Contudo, na BR-230, em direção oeste em direção a Jacarecanga e nos ramais a norte da cidade após 1990 se instalou um padrão de colonização espontânea. Nesta área há uma faixa de fazendas num raio de 40 a 50 quilômetros ao redor da cidade que foram completamente desmatadas, muitas são de um dono só, um político importante da cidade. Toda esta área era originalmente destinada a assentamentos de pequenos produtores que nunca foram implementados.

Depois da faixa de fazendas, nos ramais, localizam-se os camponeses de fronteira citados acima. Estes chegaram após os fazendeiros e tomaram posse de terras situadas nos fundos das fazendas e também dentro do Parna da Amazônia. A invasão por pequenos produtores foi tolerada pelos fazendeiros como estratégia para alegar que não era possível cumprir a exigência de manter 80% de sua propriedade em floresta. O fazendeiro-político foi candidato a prefeito em 2008 e quase foi eleito. Isso mostra que em vez de serem inimigos políticos, os grandes e pequenos produtores se juntaram contra adversários em comum: o IBAMA e o ICMBio.

Um médio fazendeiro entrevistado nesta área possui 100 hectares de terra no seu estabelecimento, que é completamente desmatado. Com 88 hectares em pasto a fazenda sustenta um rebanho de 120 cabeças de gado do qual se vende entre 20 a 30 animais por ano, gerando uma renda líquida de R\$ 19.825 em 2013. Ainda há 12 hectares em cupuaçu sombreado por seringueira. Esta protege o cupuaçu da praga “vassoura de bruxa”, mas por falta de energia elétrica na propriedade para transformar a fruta em polpa, o fazendeiro não consegue comercializar a produção. Ele explora a fazenda com ajuda do filho e ainda contrata quatro diaristas durante três meses por ano para fazer a limpeza de pasto.

Produtores de commodities

A partir de 1999 instalou-se ao longo das rodovias pavimentadas localizadas no Planalto de Santarém um grupo de produtores de commodities oriundos da região Sul do país com passagem pelo Centro-Oeste. Isso provocou um salto na produção de arroz, milho e soja em Santarém e no município vizinho de Belterra que somada em anos recentes oscilou entre 47.000 e 52.000 toneladas de grão (IBGE, 2017).

As técnicas do agronegócio de grãos são bastante intensivas em capital, utilizando em larga escala maquinaria, calagem, fertilizantes e defensivos. Os produtores de grão variam desde aqueles de pouco mais de 100 hectares plantados até os de cerca de 1.000 hectares em produção que, embora sejam grandes produtores pelo padrão agrícola anterior da área de estudo, são ainda muito modestos se comparados aos padrões relativos à região Centro-Oeste.

A história de vida dos produtores acompanha a expansão espacial da soja no país. Um pequeno produtor entrevistado começou com uma propriedade de apenas 5 hectares no seu estado natal, Rio Grande do Sul, e, aos poucos, foi aumentando o tamanho de sua exploração. Quando entrevistado em Santarém em 2008 tinha uma propriedade de 240 hectares e plantou 120 hectares de soja naquele ano. Ele, como os outros, foi atraído para Santarém pela perspectiva de se

localizar próximo ao porto da CARGILL, visando escoar mais facilmente sua produção, abrindo a possibilidade de receber um preço superior àquele praticado no norte do Mato Grosso. Um pequeno produtor afirmou que em 1999, seu último ano em Mato Grosso, recebeu apenas R\$ 15,00 por saca de soja, enquanto em Santarém, vendendo diretamente à CARGILL, ele recebeu entre R\$ 37,50 e R\$ 47,00 por saca em 2007.

Dependendo do tamanho do empreendimento, a soja introduz maior complexidade de trabalho na região. Um pequeno produtor de grão utiliza basicamente sua mão de obra familiar com auxílio de maquinaria e trabalho temporário pagando a diária comum à região, R\$ 30,00 em 2008. Já o produtor maior, com 1.000 hectares plantados em grãos, tem divisão diferenciada de tarefas. Um capataz ganha dois salários e meio por mês, mais um pagamento por produtividade, gerando uma renda de R\$ 14.800 em 2008. Além deste, há dois tratoristas com pagamento mensal de um salário e meio e três trabalhadores temporários contratados por seis meses ao ano que ganham um salário mínimo por mês. O pequeno produtor de soja teve renda líquida de R\$ 49.680 em 2008, e o grande produtor, R\$ 124.000, mostrando como o uso de mão de obra familiar ou assalariado interfere no lucro final.

Os trabalhadores geralmente são pequenos produtores e seus familiares que estão instalados em sua vizinhança. São filhos de nordestinos da leva de migrantes dos anos de 1950 e 1960. Eles buscam trabalho fora de seu estabelecimento para aumentar a renda, de forma que a introdução da soja não representa apenas um processo de concentração fundiária, proletarização real e êxodo rural, mas também cria semiproletários, personagens híbridos de proprietário e trabalhador (cf. KAUTSKY, 1988).

O padrão das moradias dos produtores de soja é bem superior ao padrão rural e mesmo de muitas moradias urbanas. O grande produtor entrevistado tem uma casa na propriedade que foi projetado por arquiteto. A casa é compartilhada com dois irmãos que moram na cidade e utilizam para lazer no fim de semana. A casa tem quinze cômodos: seis quartos, três salas, cinco banheiros, cozinha grande e uma piscina. A casa do pequeno produtor de soja entrevistado é de alvenaria, chão de cerâmica e telhado de telha com forro. Há dez cômodos: quatro quartos, duas salas e uma cozinha com dispensa (Figura 3). Os móveis da cozinha são de fórmica e da sala são estofados. A família tem som, TV, DVD, fogão a gás, geladeira, máquina de lavar, máquina de costura, computador e telefone fixo. Como poucos produtores de commodities são de origem local, a presença dos sulistas bem-sucedidos gera inveja e ressentimento, principalmente da elite urbana paraense. Os sulistas reagem à inveja afirmando que os locais seriam prósperos se fossem trabalhar mais.

Os produtores de commodities geralmente possuem alta escolaridade e um é professor em universidade de Santarém. Por isso, sua visão do mundo é desencantada e secular na qual é ausente qualquer crença em espíritos da floresta ou interferência sobrenatural na prática agrícola.



Figura 3. Casa de pequeno produtor de grão. Fonte: pesquisa de campo (2008).

Sul do Amazonas

Humaitá e Manicoré são as cidades ribeirinhas mais importantes do médio vale do rio Madeira. As duas cidades foram elevadas ao status de sede municipal no século XIX e historicamente cresceram em função do ciclo da borracha sendo o vale do rio Madeira uma das áreas mais produtivas da Amazônia (IBGE, 2017). Ambas cidades ordenavam a atividade ao longo do rio principal e dos tributários que era orquestrada por importantes seringalistas ligados a Manaus.

Este quadro mudou nos anos de 1970 com a construção das rodovias BR-230 (Transamazônica) e BR-319 (Porto Velho-Manaus) que coincidiu com o fim da borracha e a saída da população das áreas mais remotas dos tributários. Humaitá foi transformada em típica cidade portal da fronteira agrícola enquanto Manicoré, embora ligada por uma estrada secundária à BR-319, ficou em posição periférica aos novos eixos rodoviários. As obras de implantação das rodovias e a colonização refletiram diretamente numa escalada de violência, atingindo 49 homicídios por 100.000 em Humaitá e 48 em Manicoré em meados dos anos de 1980. Com a degradação da BR-319 por falta de manutenção e seu eventual fechamento no trecho entre Humaitá e Manaus nos anos de

1980, o processo de expansão agrícola estagnou e houve saída maciça da população rural da rodovia. A taxa de homicídio despencou para 8 a 19 por 100.000 habitantes por ano em Humaitá e para 5 a 8 por 100.000 em Manicoré, esta última retornando a um nível de violência normal encontrada em zona ribeirinha localizada além da fronteira agrícola (HOEFLE, 2006).

Em meados dos anos de 1990 a expansão da fronteira agrícola é retomada na região de Apuí e Humaitá, dando novo impulso à cidade de Humaitá em função de sua localização no entroncamento das rodovias BR-230 e BR-319. Isso provocou outro surto de violência ao longo da BR-230, atingindo em 2002 taxas de 48 homicídios por 100.000 habitantes em Humaitá e 79 em Apuí (HOEFLE, 2006). A violência foi mais urbana do que rural. Cidades portais da fronteira agrícola como Humaitá e Apuí são pontos de convergência de estranhos das mais diversas origens que acabam se desentendendo em transações comerciais e em momentos de bebedeira nos bares das cidades. Nas entrevistas com produtores rurais não foi encontrado nenhum caso de homicídio de familiares e quando perguntados sobre as mudanças realizadas ao longo de sua vida, das 144 mudanças, só três foram forçadas: apenas uma por disputa entre fazendeiro e pequeno produtor, outra por disputa de terra entre dois pequenos produtores, e uma terceira envolvendo um homem fugindo de um adultério cometido.

Na frente de expansão agrícola ao longo da BR-230 e da BR-319 que avança hoje em zonas de floresta ao norte, ao leste e ao oeste da cidade de Humaitá, pequenos produtores se fixaram, tendo variadas origens. Parte deles tem origem ribeirinha local e outra parte de todas as regiões do país. Fazendeiros que se estabeleceram na mesma área geralmente são sulistas que chegam com o capital necessário para explorar a criação de gado em escala mediana. Já os produtores de commodities e de criação de gado em grande escala na zona de savana ao sul do Humaitá são donos absenteístas do Sul e do Sudeste. Este quadro populacional é radicalmente diferente da situação ao longo do rio Madeira e seus tributários onde ainda se encontram camponeses históricos e alguns grupos de indígenas, todos de origem local (Tabela 6).

Tabela 6. Origem regional dos diferentes tipos de agricultor entrevistado na região de Humaitá-Manicoré (%).

<i>Tipo de produtor ou trabalhador</i>	<i>Local (Rios)</i>	<i>Local (Rodovias)</i>	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Centro Oeste</i>	<i>Sul-Sudeste</i>
RIBEIRINHO						
Pequeno produtor (terra firme rio Negro)	100	0	0	0	0	0
Pequeno produtor (várzea Madeira)	100	0	0	0	0	0
Grande fazendeiro (Madeira)	100	0	0	0	0	0
RODOVIA FLORESTA						
Pequeno produtor independente	25	20	5	30	0	20
Pequeno produtor semiproletário	38	12	0	25	25	0
Trabalhador de fazenda	20	46	7	7	13	7
Médio fazendeiro	11	22	0	0	0	67
RODOVIA SAVANA						
Médio produtor de grãos	0	0	0	0	0	100
Grande produtor de grãos	0	0	0	0	0	100
Trabalhador do setor de grãos	0	50	0	0	0	50

Fonte: Pesquisa de campo (2002, 2005).

Assim sendo, há três paisagens agrícolas no sul do Amazonas com produtores, sistemas agrícolas, características sociais e ética ambiental distintos: 1) pequenos produtores ribeirinhos e

alguns grandes pecuaristas, 2) pequenos e médios produtores em zonas de floresta e 3) médios e grandes produtores em enclaves de savana.

Produtores ribeirinhos localizados além da fronteira agrícola

A zona da agricultura ribeirinha no médio rio Madeira destaca-se por ser a segunda área mais importante de produção agrícola do Estado do Amazonas, só perdendo para a área produtora no entorno de Manaus (veja BICALHO, 2010; BICALHO e HOEFLE, 2012 sobre a agricultura metropolitana no entorno de Manaus). Contudo, a maioria dos produtores ribeirinhos entrevistados raramente utiliza agro-químicos e maquinaria modernos.

A agricultura de terra firme é praticada ao longo de rios negros, como o rio Manicoré, e ao longo do rio Madeira, onde não existe várzea. Ao longo dos rios existem solos melhores para a agricultura, como o Gleissolo Háplico e o Agrissolo Vermelho-Amarelo, do que o Latossolo Amarelo Distrófico que predomina na grande área interfluvial afastado dos cursos de água (IBGE, 2012). Ao longo dos rios a mandioca que é o principal cultivo. Ela é plantada em sistemas de pousio envolvendo cinco anos de descanso da terra, tempo reconhecido localmente como suficiente para recuperar a fertilidade do solo. A mandioca também é altamente resistente às condições climáticas equatoriais e ao ataque de animais silvestres, pragas e doenças. Os solos de terra firme ao longo de rios negros não são férteis, de forma que a mandioca leva um ano para produzir, o dobro do tempo da produção de mandioca na várzea. A produção é de pequena escala, com média de 2,2 hectares em lavoura, ocupando 7% do estabelecimento, com mais 30% em vários estágios de pousio e o restante em floresta localizado nos fundos (Tabela 7). Para além dessa área existe enorme extensão de terra da União com solo arenoso de baixa fertilidade em zona inter-fluvial, coberta de floresta primária, que estende quilômetros a dentro até encontrar os fundos de estabelecimento ribeirinho localizado em outro curso de água.

Tabela 7. Uso da terra entre pequenos produtores ribeirinhos do médio Rio Madeira.

Tipo de produtor	Lavoura		Pasto		Descanso / capoeira		Mata		Total	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
De alimento básico (terra firme)	2,2	7,4	0	0	9,0	30,4	18,5	61,2	29,7	100,0
De alimento básico (várzea)	1,5	8,8	0	0	2,0	11,6	13,9	79,6	17,5	100,0
Capitalizado (várzea)	4,1	20,8	0,1	0,4	4,3	22,0	11,2	56,8	20,5	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2002).

Apesar da farinha de mandioca constituir o principal produto agrícola, a maior parte da produção é comercializada, desmentindo a visão clássica do ribeirinho de subsistência da Amazônia. Uma família consome por volta de doze sacos de cinquenta quilos de farinha por ano enquanto se produz sessenta sacos por hectare demonstrando que os agricultores não têm mentalidade de subsistência e são de fato articulados de forma semicomercial ao mercado, vendendo de 50% a 74% de sua produção. A produção pode ser de pequena escala, mas isso acontece por razões de limitações de transporte e não por questões de uma suposta mentalidade camponesa. Como os

produtores carregam nas costas o produto bruto para sua casa de farinha, as roças não devem ficar distantes ou pelo menos devem ser localizadas próximas a um curso d'água para facilitar o transporte por canoa. Assim sendo, a parte explorada do estabelecimento geralmente não ultrapassa 800 metros de distância do rio ou igarapé. Quando perguntados porque não tinham um animal de carga a resposta era que não compensava os cuidados ao animal durante o ano todo. De fato os produtores raramente têm área de pasto e suas atividades de criação de animais são restritas à produção em pequena escala de aves e suínos em base de semisubsistência, com de 25 a 49% da produção comercializada a vizinhos ou levado para venda na sede municipal.

O rio Madeira, como o Amazonas, é rio de água barrenta com grande volume de sedimentos que produz várzeas ao longo do rio que têm solo de aluvião, dos tipos Gleissolo Háptico e Neossolo Flúvico Distrófico (IBGE, 2012). A maioria de agricultores de várzea são pequenos produtores não capitalizados que se localizam em restingas de frente para o rio principal, tendo lagos e igapó para trás. Há décadas os produtores entrevistados utilizam um sistema de pousio curto de um a dois anos. Não notam nenhuma queda em produtividade de mandioca e banana porque a enchente anual deposita novo solo de aluvião, mantendo assim a fertilidade do solo. Em média plantam 1,5 hectares em lavoura, representando 9% da área do estabelecimento, mantêm 12% em pousio e o resto do estabelecimento consiste de lago, igapó e floresta. Afastando do rio existem quilômetros e quilômetros de terras da União sem uso.

O produto de maior destaque comercial é a banana, mas a farinha de mandioca também é importante. A banana resiste bem à enchente anual e a mandioca cresce mais rápida em solo de várzea de forma que a safra é realizada antes da enchente. O uso de insumos modernos é raro. Um fungo introduzido do Caribe, a Sigatoka negra, ameaça a banana mas não existe nenhum defensivo capaz de controlar o problema. Só resta plantar nova variedade de banana de Panamá que tem maior resistência ao fungo.

Existem alguns enclaves de pequenos produtores capitalizados de várzea ao longo do rio Madeira que plantam hortaliças e fruta em maior escala. Este tipo de produtor se localiza próximo à sede municipal ou rio abaixo em trecho do rio onde chegam compradores de Manaus. Agricultores localizados rio acima da sede municipal levam sua produção para a sede para venda a atravessador no porto, não são capitalizados e se restringem ao plantio de banana e mandioca. Os produtores capitalizados plantam, sobretudo, melancia e banana, não deixam de plantar mandioca, e alguns cultivam maxixe, pepino e tomate. A melancia e as hortaliças exigem o uso de fertilizantes e defensivos que precisam ser comprados. Contudo, poucos produtores podem explorar os cultivos mais comerciais porque a área é distante de Manaus e os núcleos urbanos locais são poucos e pequenos. A cidade de Humaitá tinha 30.501 habitantes em 2010 e a Maricoré 20.349 (IBGE, 2010).

Como acontece na produção capitalizada de várzea próxima a Manaus, na área de estudo o produtor capitalizado pratica maior grau de desmatamento e reduz o tempo de pousio a um ano ou simplesmente não pratica o pousio. Em média 43% do estabelecimento está desmatado versus apenas 20% para o produtor não capitalizado de várzea. Maior área é plantada, alcançando 4,1 hectares em média, que representam 21% da área do estabelecimento, e outros 4,3 hectares ficam em pousio. A redução do tempo de pousio não causa problemas maiores para a fertilidade do solo que é renovada com a enchente anual mas existem problemas com praga e doença, que

leva o produtor a aplicar defensivo cada vez com maior frequência e já houve casos de intoxicação pelo uso inadequado.

A renda anual rural de produtores capitalizados em 2002 foi mais que o dobro da dos produtores não capitalizados da várzea e da terra firme (Tabela 8). O produtor ribeirinho capitalizado mora em casa simples de madeira, mas tem padrão de vida acima da média rural da Amazônia ribeirinha, possuindo um rádio, televisão, fogão a gás e máquina de costura. Além da produção própria de carne de aves e suínos também consomem bastante peixe fazendo com que sua alimentação é bem superior a do produtor de estrada.

Tabela 8. Renda anual por fonte de pequenos produtores ribeirinhos (R\$ 2002*).

<i>Tipo de produtor</i>	<i>Lavoura</i>	<i>Pesca/ coleta</i>	<i>Gado</i>	<i>Animais pequenos</i>	<i>Diária/ salário agrícola</i>	<i>Salário não agrícola</i>	<i>Repasse social</i>	<i>Total</i>
De alimento básico (terra firme)	2.888	482	0	75	29	167	248	3.889
De alimento básico (várzea)	2.587	864	0	0	0	1.250	650	5.351
Capitalizado (várzea)	7.793	0	0	11	0	0	0	7.804

Fonte: Pesquisa de campo (2002). * salário mínimo mensal de 2002 = R\$ 200.

Os ribeirinhos são os mais bem organizados politicamente e pressionam com sucesso por serviços públicos. Suas comunidades melhor servidas por escola, posto de saúde, centro de reunião, gerador elétrico comunitário e às vezes água encanada e telefone público (Figura 4). As comunidades são pequenas e quase todo mundo é parente, compadre ou amigo e através dos anos sua origem social em comum serviu de base para a construção da cidadania em parceria com a ala progressiva da Igreja Católica.

Conseqüentemente, a qualidade de vida da população pode ser simples, mas se percebeu melhoria através do tempo de forma que 62% dos entrevistados considerou sua vida hoje melhorou do que aquela de quinze anos atrás. Tendências migratórias atestam isso. Todos os entrevistados são de origem local e 65% nunca mudaram de lugar, padrão oposto ao da tendência migratória dos colonos de estrada.

Como os ribeirinhos são de origem local possuem visão de mundo altamente encantada. O curupira é o espírito do mato mais citado, mas há outros como o mapinguari, o jurupari, o juma e o boto. Além das "visages", também há barcos fantasmas e fogo misterioso nos lagos. Todos os entrevistados são católicos e há acentuado culto aos santos. As comunidades geralmente têm nome de santo e é comum para os ribeirinhos fazer romaria à Igreja de Santo Antônio em Borba, localizada rio abaixo, que é um dos centros mais importantes de romaria dedicados ao Santo Antônio.



Figura 4. Em sentido horário a partir do quadrante superior esquerdo: capela, centro comunitário, escola e campo de futebol. Fonte: pesquisa de campo (2002).

Grandes pecuaristas ribeirinhos localizados além da fronteira agrícola

Diferentemente do baixo rio Madeira e do alto Amazonas, no médio vale do rio Madeira há poucos pecuaristas e os que existem são pessoas locais, descendentes dos seringalistas do passado. Em Manicoré dois grandes pecuaristas vendem carne para o consumo urbano em açougue de sua propriedade localizado na cidade. Um deles possui uma fazenda com 1.209 hectares que fica próxima à cidade. O outro pecuarista é dono de várias propriedades, totalizando 7.187 hectares, mas a principal, com 2.200 hectares, também fica nas imediações da sede municipal. O maior proprietário dos dois até brincou que ele seria o que o entrevistador chamaria de latifundiário. Os outros produtores ribeirinhos entrevistados possuem menos de 30 hectares de terra, caracterizando uma estrutura fundiária local bipolar.

O foco das atividades dos pecuaristas pode ser a criação de bovino, mas também possuem áreas relativamente grandes em lavoura comercial de melancia, banana ou seringa plantada. Como plantam lavoura e pasto em área de várzea e terra firme a área desmatada é maior. Um dos pecuaristas tem 900 hectares de pasto, a maior parte plantada em terra firme, 9 hectares de lavoura, 100 hectares de seringueira plantada e só 200 hectares de mato. A principal propriedade

do outro grande pecuarista tem 850 hectares de pasto plantado, 210 hectares em banana, mandioca e melancia, 10 hectares em descanso e 1.300 hectares de mato. Com a exceção da melancia que exige maiores cuidados, pouco insumo moderno é utilizado nas outras atividades. A técnica na pecuária se limita ao pasto plantado de pisoteio e à vacina mandatária do gado.

Os pecuaristas ganharam em média R\$ 129.226 em 2002, renda muita superior a dos pequenos produtores e aos seus trabalhadores. Na verdade, os pecuaristas são os únicos entrevistados que empregam trabalhador. Um deles tem dois vaqueiros assalariados que recebiam o salário mínimo da época, o equivalente a R\$ 2.601 por ano em 2002. O outro pecuarista também empregava doze vaqueiros assalariados e na lavoura utilizava um esquema de parceria envolvendo cerca de 80 pequenos produtores vizinhos. Na parceria estes ganharam em média R\$ 2.758 em 2002, mais a renda própria de seus estabelecimentos, sendo assim, na concepção de Kautsky (1988), semiproletários.

Os dois fazendeiros têm casas boas de madeira na fazenda e outras de melhor qualidade na cidade. As casas da cidade são de alvenaria, tem telhado de telha com forro e chão de cimento vermelho. Há oito cômodos, incluindo banheiro dentro de casa. Estão ligadas à rede elétrica e de água tratada da cidade. Eles possuem som, TV, fogão a gás, geladeira e ventilador e, além disso, um tem máquina de lavar, ar condicionado e computador.

Como os fazendeiros possuem nível mais elevado de ensino não têm visão de mundo encantada igual aos ribeirinhos e isso espelha sua prática de desmatar maiores áreas de floresta. Contudo, um fazendeiro ao responder perguntas sobre os espíritos do mato disse que não acreditam neles, mas, sim, em extraterrestres. Ele relatou um encontro com tal entidade numa caçada a noite com amigos. Quando foram surpreendidos por um fenômeno estranho da vegetação sacudindo violentamente. Naquele momento eles atiram no mato e um objeto brilhoso subiu rapidamente e foi embora.

Pequenos produtores de beira de estrada em zona de floresta

Com a retomada do processo de colonização a partir de meados dos anos de 1990 instalou-se uma diversidade de produtores ao longo das rodovias BR-230 e BR-319 na zona de floresta ao norte, ao leste e ao oeste da cidade de Humaitá. Há presença de: 1) médios pecuaristas de gado bovino, 2) pequenos produtores independentes que buscam a diversificação da lavoura e pecuária de pequena escala e 3) pequenos produtores se mantêm com produção de subsistência, tornando-se semiproletários ou proletários plenos articulados aos pecuaristas vizinhos.

A área de floresta na região de Humaitá tem características de frente de expansão de fronteira, mas o padrão clássico de “espinha de peixe”, envolvendo a dispersão da ocupação por piquetes abertos na mata para além das estradas não é uma situação comum nesta região da Amazônia. A ocupação é linear ao longo das rodovias, limitada ao fundo das propriedades pelas áreas de preservação ambiental, como o Parque Nacional do Mapinguari, a Floresta Nacional de Humaitá, a Floresta Nacional de Balata-Tufari e a Estação Ecológica de Cuniã, além dos Territórios Indígenas de Jiahuí, Juma, Nove de Janeiro e Tendarim-Marmelos. Os órgãos competentes dessas áreas de preservação ambiental têm detido a ocupação fora da estrada pelo interior da floresta e

em 2005 houve uma grande operação do IBAMA reprimindo fortemente o desmatamento em áreas de floresta. O monitoramento do desmatamento realizado por Macedo e Teixeira (2009) comprova que entre 2004 e 2007, o desmatamento na região de Humaitá quase não ocorreu na área de floresta e sim na área de savana (tratado abaixo).

Os pequenos produtores são proprietários e posseiros em vias de receber a regularização e a titulação fundiária pelo INCRA. Os produtores se restringem ao plantio de alimentos básicos em regime de semisubsistência e semicomercial porque as tentativas de introduzir frutíferas e outros cultivos comerciais fracassaram por problemas de praga, por falta de mercados e por dificuldade em escoar a produção na época das chuvas. Assim sendo, o principal produto é a mandioca que é altamente resistente e permite colheita e safra em qualquer época do ano, aguardando o melhor momento para a comercialização. O processamento de farinha de mandioca tem a função de armazenamento até a comercialização quando as estradas voltam a ser transitáveis após a estação das chuvas.

Os mercados locais são distantes até 120 quilômetros da área de produção e a precariedade das estradas é fator limitante à comercialização e escoamento da produção. Este fato, somado ao tamanho restrito dos mercados locais, responde pelo baixo tino comercial da produção e investimentos em sistemas produtivos. O principal mercado consumidor nas proximidades é a cidade de Humaitá, centro urbano com apenas 30.475 habitantes (IBGE, 2010). As demais cidades na região, Lábrea com 24.223 habitantes e Apuí com 10.606 habitantes, são mercados menores e distantes, um dia ou mais de viagem, ligadas por via fluvial ou estrada. Porto Velho, capital de Rondônia, cidade maior com 391.014 habitantes, localiza-se a três horas de viagem por estrada pavimentada, porém, é abastecido por produtores daquele estado.

As limitações de mercado e transporte são de tal ordem que restringem a produção ao nível de subsistência e fazem com que quase uma quarta parte dos pequenos proprietários procurem trabalho fora de seu estabelecimento como empregado permanente ou trabalhador temporário, cuidando do gado e implantando pasto em fazendas pecuaristas da vizinhança. Dessa forma, são identificados dois tipos de pequenos produtores: o semiproletário, que complementa sua renda agrícola com trabalho em outras propriedades, e o independente, vivendo da limitada produção de sua terra.

O pequeno produtor semiproletário é o que detém menor área de terra, em média 88,7 hectares, extensão abaixo do lote padrão de 100 hectares recebido do INCRA (Tabela 9). O pequeno produtor semiproletário cultiva em geral apenas 1,9 hectares de lavoura, tem 10,9 hectares em pousio, nenhuma área em pastagem e mantém por volta de 77 hectares em mata nativa, perto do limite legal de preservação florestal. A lavoura de alimentos e o plantio de frutíferas visam sua subsistência e a única atividade que gera renda é a coleta da castanha do Pará na floresta.

Como todos os pequenos produtores da região, ele não utiliza nenhum fertilizante ou qualquer insumo agrícola. Seu manejo agrícola envolve um sistema de pousio de sete a nove anos, após dois ou três anos de cultivo. Este período de pousio é reconhecido como tempo suficiente para a recuperação da fertilidade do solo sem o uso de fertilizante, seja químico ou orgânico.

Tabela 9. Utilização das terras por tipo de produtor em área de floresta.

Tipo de produtor	Lavoura		Pasto		Descanso / capoeira		Floresta		Total	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Pequeno semiproletário	1,9	2,6	0	0	10,9	14,1	64,5	83,3	77,3	100,0
Pequeno independente	4,6	3,5	11,3	8,6	12,9	9,8	103,1	78,1	131,9	100,0
Médio fazendeiro (300-500 ha)	1,3	0,3	120,8	30,2	54,0	13,5	223,9	56,0	400,0	100,0
Médio fazendeiro (900-1800 ha)	2,5	0,2	180,0	12,6	8,3	0,6	1239,2	86,6	1430,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Os pequenos produtores independentes representam a maioria e têm lotes entre 100 e 200 hectares, com média de 132 hectares. A principal diferença em relação aos produtores semiproletários é a diversificação da produção e a natureza mais comercial da atividade, com uma área um pouco maior com lavoura. Aqueles que detêm lotes acima de 100 hectares, variando de 140 a 200 hectares e média de 182 hectares, têm a possibilidade de explorar um pequeno rebanho bovino. Essa diversificação produtiva, agricultura e pecuária, permite aos produtores independentes viver de sua produção sem necessidade de buscar trabalho fora de seu estabelecimento. Dentre as culturas, os alimentos básicos são os principais produtos comerciais. Quarenta por cento dos produtores plantam mandioca, 15% milho e 5% arroz. Frutas também são destacadas e 35% desses agricultores plantam duas ou três frutíferas dentre abacaxi, açaí, banana, cupuaçu e melancia, mas muitos queixam que não conseguem vender a produção por falta de comprador. Outro problema é que o cupuaçu, promovido com grande esperança pelo Governo do Estado do Amazonas nos anos de 1990, sofre com a praga “vassoura de bruxa”, a tal ponto que a fábrica de polpa local sustou a produção dessa fruta. Entre as frutíferas, a banana tradicional à Amazônia Central, mantém-se como principal produto com vendas em pequena escala.

Os problemas com a lavoura têm levado os produtores a criarem gado bovino. A literatura recente sobre a Amazônia tem apontado essa tendência (MURPHY, 2001; PACHECO e POC-CARD-CHAPUIS, 2012; NIGH, 1995; PINCHÓN, 1996; WALKER, 2003). A pecuária constitui uma alternativa aos produtores tendo venda garantida em qualquer época do ano, além de representar uma forma de poupança.

Dois terços dos pequenos produtores independentes entrevistados criam gado ou está formando pasto com esta finalidade e sua área de pastagem contabiliza mais do que o dobro da área em lavoura. A relação da área de cada atividade interna na propriedade é de 4,6 hectares em lavoura, 11,3 hectares em pastagens, 12,9 hectares em capoeira-pousio, 103,1 hectares em mata, sendo a área média da propriedade de 132 hectares. Estes produtores possuem um rebanho em média de 30 cabeças de gado e vendem seus animais para abate em Humaitá. Comercializam 10% a 15% do rebanho por ano, ou seja, três a quatro animais, gerando pouca renda.

Assim sendo, a renda auferida com as atividades agrícolas é em geral muita baixa, porém, há diferença entre o pequeno agricultor semiproletário e o pequeno produtor independente, o que fica nítido quando comparados a renda e o padrão de vida de ambos. No caso do semiproletário, a produção agrícola gerou em 2005 uma renda anual média de R\$ 442 e o trabalho eventual como diarista em outra propriedade vizinha R\$ 2.506 (Tabela 10).

Tabela 10. Renda anual segundo fonte por tipo de produtor em área de floresta (R\$ 2005*).

<i>Tipo de produtor</i>	<i>Lavoura</i>	<i>Gado</i>	<i>Animais pequenos</i>	<i>Coleta</i>	<i>Diária/salário agrícola</i>	<i>Repasse social</i>	<i>Total</i>
Pequeno semiproletário	29	0	133	280	2.506	0	2.948
Pequeno independente	1.994	227	68	882	0	1.920	5.091
Fazendeiro (300-500 ha)	250	8.705	612	484	0	0	10.051
Fazendeiro (900-1800 ha)	0	29.280	0	0	0	0	29.280

Fonte: Pesquisa de campo, 2005. * salário mínimo mensal em 2005 = R\$ 300.

No caso dos agricultores independentes, o valor apurado da produção agrícola em 2005 foi de R\$ 3.171, mais do que sete vezes o valor da produção agrícola dos semiproletários. São mais antigos na região e sendo mais velhos têm uma complementação de renda com aposentarias, além de repasses de programas sociais de governo, representando um acréscimo de R\$ 1.920 ao ano à renda agrícola.

A diferença de renda se reflete em indicadores de qualidade de vida como alimentação e habitação. A alimentação diária do pequeno agricultor semiproletário é composta de farinha, feijão e eventualmente de um frango abatido. Ele vive em casa simples de madeira, de dois a três cômodos (sala, um ou dois quartos, cozinha externa), com poucos móveis bem rústicos, restritos a bancos e mesa e utiliza fogão a lenha, e os eletrodomésticos se restringem apenas a um rádio e talvez uma máquina de costura. Já o pequeno produtor independente tem alimentação um pouco mais variada pela adição de carne uma vez que criam animais de pequeno porte para consumo próprio, aves e suínos, e podem eventualmente comprar carne bovina. Sua residência é maior, de uns cinco cômodos (uma sala grande, dois a três quartos, cozinha), o mobiliário é de melhor qualidade, constituído por um conjunto de sala de jantar, estofados e geralmente possui televisão, sistema de som, fogão a gás e máquina de costura (Figura 5).

De uma maneira geral não há organizações comunitárias e atuação política coletiva e consequentemente os pequenos produtores de estrada são mal servidos de escolas, postos de saúde, energia elétrica, abastecimento de água e telefonia rural. A população vive dispersa, existindo poucos núcleos comunitários e cada indivíduo se identifica com um ponto da estrada a tantos quilômetros da sede municipal. Consequentemente, os vizinhos vivem distantes uns dos outros e por serem migrantes recentes não são parentes, há fracos laços de amizade e há falta de convivência comunitária o que limitam a mobilização política. Assim sendo, a qualidade de vida local depende exclusivamente da atividade econômica individual e reflete fraca formação de capital econômico. O Estado está ausente em suas obrigações de atendimento público de serviços básicos e não há capital social que direcione demandas coletivas visando suprir essa carência e o capital humano não expande. A escolaridade é baixa, tendo a grande maioria o primeiro segmento da educação fundamental incompleto.

A mesma diversidade de origem local também faz com que varie muita a visão de mundo dos pequenos produtores. Entre a população de meia idade que nasceu na zona ribeirinha há lembrança das estórias dos entes encantados que seus pais contavam, mas seus filhos, por sua vez, desconhecem os espíritos porque, vivendo em outro meio, seus pais nunca contaram estórias para eles, enquanto as pessoas de outras regiões pouca sabiam sobre as crenças locais. Quando

perguntados sobre espíritos do mato específicos à Amazônia, os imigrantes respondiam professando sua descrença ou simplesmente dizendo que não os conheciam e que tais crenças eram típicas dos ribeirinhos e não deles. Os migrantes podiam eventualmente amenizar sua atitude frente aos ribeirinhos dizendo que quando eram crianças no Sul ou no Nordeste escutavam histórias sobre entes encantados lá, mas que nunca tinham visto. Finalmente, o produtor de fora podia responder que simplesmente não acreditava em encantados de qualquer tipo, em qualquer lugar.



Figura 5. Casa de pequeno produtor da frente de expansão. Fonte: pesquisa de campo (2005).

Médios pecuaristas de estradas em zona de floresta

O médio produtor pecuarista é o terceiro personagem presente em área de floresta. A formação das fazendas para criação de gado ocorre através da compra de lotes de pequenos produtores que são mal sucedidos ou de outros proprietários maiores, que geralmente são políticos locais que especulam com terra de forma ilegal, “vendendo” terras que eram destinadas a assentamentos rurais que nunca foram implementados. Os produtores médios são especializados na pecuária bovina e são diferenciados pelo tamanho fundiário de suas terras, havendo um grupo com área entre 300 a 500 hectares e outro com área de 950 a 1.800 hectares.

Os pecuaristas maiores têm seguido as exigências da legislação ambiental, desmatando proporcionalmente menores áreas, inclusive, em dimensões inferiores ao que lhes é permitido, em

média 13% do estabelecimento, tendo em média 180 hectares em pastagem. Porém, os pecuaristas com menores áreas ultrapassam o limite máximo permitido de 20% da propriedade e chegam a desmatar cerca de 44% da área de sua propriedade para formação de pastagem, que em média têm 121 hectares. A área de pastagem e o tamanho do rebanho é que definem este pecuarista como médio produtor, criando de 74 a 126 animais.

A limitação legal de controle de desmatamento irrita terrivelmente os pecuaristas que chegam do Centro-Oeste após venderem propriedades menores na expectativa de comprar áreas maiores na fronteira agrícola. Saem de uma propriedade de 300 hectares totalmente desmatados para outra que pode ser três ou seis vezes maior, todavia, só podem utilizar plenamente 180 a 360 hectares, sendo obrigados a manter o restante em área de preservação. Acresce a essa insatisfação os conhecidos casos de grandes fazendas nos municípios vizinhos de Apuí e Lábrea, cujos donos são importantes políticos de outros estados do país, que nunca são autuados por desflorestamento ilegal ou, se atuados, nunca são punidos, informação essa confirmada por técnicos de órgãos estaduais e federais de proteção ambiental na região.

O corte da floresta requer o plantio de gramíneas para a formação de pastagem, geralmente com capim braquiara. Formado o pasto resta o cuidado para mantê-lo limpo e livre de plantas invasoras, uma tarefa nada fácil pela surpreendente capacidade de recuperação da vegetação natural em poucos meses. Assim sendo, é preciso recorrer à mão-de-obra contratada que é fornecida por pequenos produtores semiproletários vizinhos ou por ex-pequenos proprietários fracassados que se tornaram trabalhadores morando na fazenda.

Os médios pecuaristas de área de floresta e seus trabalhadores têm origens sociais distintas. Os primeiros têm entre 48 e 59 anos de idade, 67% deles nasceram nas regiões Sul e Sudeste e 70% têm um histórico de migração de duas, três ou quatro etapas de mudança durante sua vida, acompanhando o deslocamento da fronteira agrícola e seguindo um trajeto de vida de compra e venda de fazendas. Poucos desses pecuaristas são do local e nestes casos são comerciantes da cidade de Humaitá que mantêm suas propriedades como investimento complementar de sua atividade principal na cidade.

Bem diferentes são as características dos trabalhadores assalariados. Tem idade que varia de 20 a 43 anos de idade, 63% nasceram no município de Humaitá ou municípios vizinhos e 70% deles mudaram de residência apenas uma ou, no máximo, duas vezes, saindo de área ribeirinha do rio Madeira para as estradas. Somente 25% dos trabalhadores são originários de outras regiões do Brasil.

Os trabalhadores assalariados passaram por um processo de proletarização, o que se comprova pelo fato que 38% já foram pequenos proprietários e de 31% serem filhos de pequenos proprietários, totalizando 69% com origem de pequenos proprietários. Uma interpretação baseada em Chayanov (1966) poderia contestar a tese de proletarização, baseando-se no fato que os trabalhadores estão numa fase de vida de transição e de acumulação de capital, podendo ainda tornar-se proprietários. Contudo, a renda anual de um empregado em propriedade pecuarista foi de apenas R\$ 3.520 ao ano em 2004, o que era equivalente ao salário mínimo da época, é insuficiente para um trabalhador comprar e montar uma propriedade. Essa renda é menor do que a dos semiproletários que combinam renda agrícola com trabalho assalariado eventual e que também carecem de recursos para investir na sua própria produção. Assim sendo, dificilmente os trabalhadores

assalariados se tornarão proprietários rurais.

A renda anual dos dois tipos de pecuaristas, respectivamente R\$ 10.015 e R\$ 29.280, é bem maior do que a renda dos pequenos produtores independentes, mas para a obtenção dessa renda explora uma área cerca de três a quatorze vezes maior, mostrando como a pecuária extensiva praticada regionalmente gera pouca renda e exige expressivas extensões de terra. Os animais são criados em pastagens únicas, cercadas apenas nos seus limites sem haver uma prática de divisão interna com rotação de pastagens. Alguns fazendeiros alegam que não utilizam divisão de pasto para permitir que o gado fuja de ataque de onça, que ocorre com frequência. Assim sendo, há poucos investimentos garantindo maior produtividade das pastagens cuja lotação animal é muito baixa: uma rês por 1,4 hectares.

Estes pecuaristas geralmente moram no estabelecimento, mas seus filhos residem na cidade para sua formação escolar, sendo que a maioria termina o segundo grau e vários seguem para a universidade. A moradia do pecuarista na propriedade tem de seis a dez cômodos, dois banheiros internos, água encanada, gerador próprio de eletricidade, grande variedade de eletrodomésticos e, para transporte, têm uma camionete própria (Figura 6).



Figura 6. Casa de fazenda de proprietário gaúcho. Fonte: pesquisa de campo (2005).

Os pecuaristas são sulistas e têm graus de instrução acima da média para frentes de expansão, geralmente com o ensino secundário completo, de forma que possuem uma visão de

mundo secular e não acreditam em seres encantados da floresta. Quando questionado sobre uma visão vitalista da Natureza este tipo de produtor nem entendeu a pergunta sobre a terra e a água sendo entes vivos. Também não acredita no mau olhado, nem na intervenção divina ou diabólica na prática agrícola.

Médios e grandes produtores de estradas em zona de savana

Na década de 1990, com melhorias da BR-319 envolvendo sua pavimentação e reconstrução de pontes na ligação de Humaitá com Porto Velho em Rondônia, iniciou-se a atração dos primeiros empreendimentos de médio e grande porte oriundos do processo do avanço do agronegócio de pecuária e de grãos do Centro-Oeste para a Amazônia Central.

Os grandes produtores pecuaristas e de grãos se concentram nas manchas de savana ao sul de Humaitá. Essas áreas de savana são de origem natural, predominando gramíneas com árvores dispersas de pequeno porte. A savana fornece pasto natural favorecendo o uso agrícola e pastoril, sendo cobiçada por produtores maiores. Há na região três propriedades que ocupam grandes extensões de terra tendo cada uma delas mais de 30.000 hectares. As demais propriedades na savana são bem menores, podendo ser considerados médios produtores com área que varia de 700 a 1.000 hectares.

O primeiro atrativo dos grandes e médios produtores para se estabelecerem na área de savana foi a exploração do arroz e da soja estimulada por políticas estaduais a fim de introduzir a produção de grãos no sul do Estado do Amazonas, sobressaindo a área de savana de Humaitá. Foram atraídos produtores de grãos de Roraima, Mato Grosso e Goiás, que tinham experiência com produção de arroz em sistema produtivo altamente moderno com ampla mecanização e uso de insumos químicos.

Apesar dos incentivos recebidos e da experiência anterior com a produção de grãos e com o sistema de agricultura moderna, tanto os produtores de arroz, quanto posteriormente os da soja, enfrentaram com grandes problemas na região de Humaitá. O sistema agrícola introduzido na região de Humaitá tem custo de produção mais elevado que o de outras regiões do país em função da distância às fábricas de insumos agrícolas, a exemplo da aquisição do calcário cujo frete em 2004 representava 87% do preço deste insumo ao produtor.

Este quadro de dificuldades tomou diferentes direções com o insucesso da maior parte das explorações da lavoura de grãos. Vários produtores venderam suas terras, geralmente para proprietários maiores e pecuaristas. Outros deixaram de produzir ou desintensificaram suas produções, empregando-se em propriedades maiores. Aqueles que se mantiveram explorando suas terras converteram áreas de lavoura em pasto, criando algumas cabeças de animais, arrendaram terras para outros produtores e alugaram estruturas e maquinarias, como silos, colheitadeiras, etc., passando a ser fornecedores de serviços.

A dinâmica do grande produtor pode ser observada numa propriedade com agropecuária para a qual há registros em maior detalhe. Esta propriedade tinha 20.000 hectares em 1996 e 32.970 hectares em 2005, tendo expandido sua área com a aquisição de pequenas e médias propriedades no seu entorno. Nos diferentes usos da terra nessa propriedade em 2005, a área em

savana natural consistia de 20.000 hectares, havendo ainda 5.000 hectares de pasto plantado, 550 hectares em área de lavoura de arroz e soja e 7.420 hectares de área de floresta. Em anos recentes, quando a soja aparece em dados oficiais este produtor é o único responsável. O plantio de grãos além de ser comercializado tem uma importante função de formação de pastagens plantadas, havendo rotação de terras das áreas que são cultivadas ano a ano. Comprovando a crise da soja na região, este produtor teve um prejuízo de R\$ 79.605 com esta cultura em 2005. No mesmo ano, o arroz lhe rendeu R\$ 192.000 e o maior lucro foi obtido com a pecuária de corte que rendeu R\$ 272.618. Sua pecuária pode ser caracterizada como um sistema de criação melhorada, havendo investimentos na pastagem plantada, forrageiras e divisões de pasto com rotação, que lhe proporcionam uma lotação das pastagens de 1,6 reses por hectare. Há, também, melhoria dos animais com o controle do cruzamento do gado Nelore com animais mais produtivos, atingindo 17 arrobas, acima da média do gado da região de Humaitá, que é de 10 a 12 arrobas.

Considerando os problemas dos médios produtores, o maior empregador na área de savana são as grandes propriedades. As médias propriedades são mantidas pela própria família e ocasionalmente podem contratar um trabalhador para ajudar nas tarefas de campo junto com a família. Enquanto os médios produtores migraram de outras regiões do país, estabelecendo-se na região, os grandes proprietários são absenteístas mantendo residência fora da região. Os empregados, contudo, em sua grande maioria são da zona rural da região de Humaitá, tanto de áreas de estrada quanto de áreas ribeirinhas. Têm idade entre 26 e 38 anos e são filhos de proprietários ou ex-proprietários, refletindo o insucesso de pequenas e médias propriedades, seja de área de savana ou de floresta. Dentre todos os entrevistados em área de floresta e em área de savana, são os grandes pecuaristas de savana que mantêm um regime de trabalho assalariado permanente com remuneração acima do salário mínimo, mas que varia de acordo com a função desempenhada.

Na grande propriedade que desenvolve agropecuária, tendo 550 hectares em soja e arroz, há nove empregados dedicados à lavoura, sendo um supervisor da agricultura, quatro tratoristas e três empregados para serviços gerais. A pecuária, por sua vez, tem trinta e um empregados, sendo um gerente e os demais vaqueiros, tratoristas e de serviços gerais. Comparando as funções, o supervisor da agricultura e o gerente da pecuária são os que têm salários mais elevados. Em 2005 o primeiro tinha um salário de R\$ 1.000 por mês e o segundo R\$ 800, porém, ambos recebiam uma complementação de renda pela função gerencial que aumentou sua remuneração em até R\$ 300 por mês. No mesmo ano, quando o salário mínimo era de R\$ 300 por mês, os tratoristas recebiam entre R\$ 500 e R\$ 600 por mês, os vaqueiros R\$ 500 e os trabalhadores em serviços gerais R\$ 400. Vários dos trabalhadores residiam na propriedade em casas cedidas, de quatro a seis cômodos, com piso cimentado, banheiro, cobertura de telha e paredes em tábua aparelhada. Não tinha, contudo, eletricidade e água encanada dentro de casa.

Apesar da legalização do trabalho, da remuneração acima do salário mínimo e das vantagens concedidas à moradia, o processo social na região é de proletarização de pequenos e médios produtores, sendo os empregados de origem de famílias ex-proprietárias. Há, portanto, uma proletarização clássica associada às grandes propriedades de área de savana, ao lado de concentração fundiária e polarização social que é expressa na renda líquida anual. O grande proprietário apurou R\$ 385.013 em 2005, o que contrasta com a renda anual dos trabalhadores que variava de R\$ 5.200 nas funções de menor remuneração a R\$ 16.900 nas funções gerenciais.

Conclusões

Ainda hoje se associam as frentes de expansão agrícola na Amazônia à devastação da floresta, à degradação ambiental e à grilagem e violência praticadas contra a população tradicional e o pequeno produtor imigrante, um processo que gerou desigualdade social e polarização de classes. Esta caracterização é constante nos grandes estudos históricos da Amazônia da segunda metade do século XX, tais como Foweraker (1981), Hecht e Cockburn (1990), Ianni (1979), Oliveira (1999), Schmink e Wood (1992), e realmente retratou fielmente o quadro até o fim dos governos militares e à promulgação da Constituição de 1988.

Contudo, a partir da década de 1990, aos poucos, as ações do INCRA, do IBAMA e da organização comunitária de camponeses outrora à margem do poder político mudaram significativamente o quadro sócio-ambiental da fronteira agrícola. Na verdade, hoje, o desmatamento, a violência e a desigualdade se encontram mais em zonas consolidadas da Amazônia, em paisagens quase que totalmente desflorestadas, como as do norte do Mato Grosso e do sudeste do Pará, onde os sem terra entram em choque com fazendeiros produtivos articulados à agroindústria de carne, disputando acesso aos poucos recursos que restam (ALDICH et al., 2012; BECKER, 2004; HECHT e COCKBURN, 2011; HOEFLE, 2006; PACHECO e POCCARD-CHAPUIS, 2012; SIMMONS et al. 2007).

Aqui se retratou o quadro complexo das frentes de expansão hoje, em zonas ainda florestadas, onde o ICMBio e o IBAMA lutam para conter o alastramento de ramais partindo das principais rodovias e contra os interesses madeireiros ligados a políticos corruptos de todos os níveis governamentais. Existe uma relativa abundância de terras para camponeses nas frentes de expansão e a posse é concedida pelo INCRA no intuito de evitar a ação de grileiros e conflito fundiário. Atualmente, quem usurpa as terras da União são políticos locais que “vendem” terras, originalmente destinadas a projetos de assentamentos, para fazendeiros que chegam de outras regiões. Quanto à legislação ambiental surgem alianças surpreendentes entre pequenos e grandes produtores visando um interesse em comum: burlar as restrições da legislação ambiental. Além disso, como as frentes de expansão são caracterizadas pela falta de mão-de-obra, há um relacionamento de simbiose kautskiano entre pequenos produtores e fazendeiros, com os segundos dependendo dos primeiros para manter seu pasto limpo.

Ficou evidente que existe profunda desigualdade social entre os diferentes atores sociais retratados aqui, até entre pequenos produtores, que dependem de sua localização próxima ou distante dos mercados para a venda de seus produtos. A ausência do Estado na manutenção das estradas contribui muito para a perpetuação desta situação. Sem meios de transportar sua produção para o mercado durante as chuvas quando a lavoura é colhida, o pequeno agricultor fica na pobreza ou tenta realizar uma renda criando gado e acaba desmatando sua reserva legal. Podemos perguntar: Quem é o maior culpado neste caso, o pequeno produtor ou o Estado?

O desenvolvimento comunitário também não cai do céu. Se hoje os agricultores pobres tratados aqui recebem algum serviço público, isto ocorre graças a sua mobilização comunitária, possibilitada pela Constituição de 1988 e estimulada pela Igreja Católica e pelos Sindicatos Rurais. Vimos que a mobilização voa mais alta entre os ribeirinhos. A mobilização política é fraca quando os imigrantes vêm de diferentes regiões do país, não exploram o mesmo sistema agrícola e rece-

bem rendas desiguais. Religião e visão de mundo fazem parte do processo, pois também definem a identidade dos atores, existindo um abismo entre a população histórica e a maioria dos imigrantes.

Agradecimentos

Através dos anos a pesquisa no sul do Amazonas e no oeste do Pará contou com vários projetos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Institut pour la Recherche de Développement (IRD).

Submetido em 5 de julho de 2016

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2017

Referências

- ALDRICH, S., WALKER, R. e SIMMONS, C. Contentious land change in the Amazon's arc of deforestation. **Annals of the Association of American Geographers** v.102, n.1, p. 103–128, 2012.
- BEBBINGTON, A. e THIELE, G. (orgs.). **Non-governmental organizations and the State in Latin America**. London: Routledge, 1993.
- BECKER, B.K. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BICALHO, A.M.S.M. Agricultural-industrial integration and new applications of natural fibres: jute floodplain cropping in the Amazon reborn? **Revista de Geografia** v.4, n.1, p. 15-26, 2009a.
- _____. Capital social na várzea amazônica. In: BICALHO, A.M.S.M. e GOMES, P.C.C. (orgs.), **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: Publit, 2009b, p. 93-122.
- _____. Reestruturação rural e participação política no entorno de Manaus. In: ARAUJO, R.; LÉNA, P. (orgs.), **Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia**. Belém: Museu Goeldi, 2010, p. 409-446.
- BICALHO, A.M.S.M.; HOEFLE, S.W. Urban capital and pseudo-modernization of agriculture in Northeast Brazil. In: R.B. Kent, R.B. e Harnapp, R.V. (orgs.), **Yearbook of the Conference on Latin American Geographers**. Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1989, 63-89.
- _____. Regional markets and equitable development in northern Brazil: urban, metropolitan and frontier farming in the Central Amazon. In: CRAVIDÃO, F.; FERNANDES, J.A.R.; VALENÇA, M. (orgs.), **Regional and urban developments in Portuguese-Speaking countries**. New York: Nova, 2012, p. 229-253.
- _____. The governance of rainforest preservation in the Brazilian Amazon: the Tapajós National Forest and the Amazon National Park compared. In: Alcântara, C.R. (org.), **Amazon: biodiversity conservation, economic development and human impact**. New York: Nova, 2013, p. 223-242.
- _____. Conservation units, environmental services and frontier peasants in the Central Amazon: multi-functionality, juxtaposition or conflict? In: Wood, D.C. (org.), **Climate change, culture, and economics**. Bradford: Emerald Scientific, 2015, p. 67-105.
- BOSERUP, E. **The conditions of agricultural growth**. Chicago: Aldine, 1965.
- CARSTEN, J.; HUGH-JONES, H. **About the house**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995.
- CHAYANOV, A. **The theory of peasant economy**. Homewood: American Economic Association, 1966(1925).
- COLE, J. **The geography of the world's major regions**. London: Routledge, 1995.
- COSTA, R.H. Desterritorialização. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C. E CORRÊA, R.L. (orgs.), **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

- _____. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Rio de Janeiro: UFF, 1997.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1987(1895).
- _____. Ratzel, F. Der Staat und sein Boden geographisch beobachtet (resenha crítica). **L'Année sociologique** v.1, p. 533-539, 1896-97.
- _____. Ratzel, F. Anthropogeographie, Erster Theil (resenha crítica). **L'Année sociologique** v.2, p. 520-521, 1897-98.
- FOWERAKER, J. **The struggle for land**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- FRIEDMANN, J. **Empowerment**. Oxford: Blackwell, 1992.
- GREGORY, D. **The colonial present**. Oxford: Blackwell, 2004.
- HALE, C.R. Cultural politics of identity in Latin America. **Annual Review of Anthropology** v.26, p. 567-590, 1997.
- HECHT S.B.; COCKBURN, A. **The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon**. 1a Edição. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- _____. **The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon**. 2a Edição. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- HOEFLE, S.W. Fishing, tourism and industrial development in Southeast Brazil. In: AGUIRO, M. (org.), **Contribuciones al estudio de la pesca artesanal en America Latina**. Manila: I-CLARM, 1992, p. 70-91.
- _____. Percepção do ambiente e domesticação do espaço no sertão nordestino. **Revista Brasileira de Geografia** v.55, n.1, p. 171-197, 1993.
- _____. Twisting the knife: frontier violence in the Central Amazon. **Journal of Peasant Studies** v.33, n.3, p. 445-478, 2006.
- _____. Ética ambiental, sistema agrícola e paisagem cultural na Mata Atlântica no Sudeste. **Ateliê Geográfico** v.3, n.8, p. 22-52, 2009a.
- _____. Enchanted (and disenchanting) Amazônia: environmental ethics and cultural identity in northern Brazil. **Ethics, Place and Environment** v.12, n.1, p. 170-192, 2009b.
- _____. Além da sociedade-natureza com a mais-que-geografia humana: por uma teoria transdisciplinar de ética ambiental e visão do mundo. In: SPOSITO, E.S.; SILVA, C.A.; SANT'ANNA NETO, J.; MELAZZO, E.V. (orgs.), **A diversidade da Geografia brasileira**. Presidente Prudente: UNESP/ANPEG, 2016, p. 467-505.
- HOEFLE, S.W.; BICALHO, A.M.S.M. Nature enclosures: historic peasants versus public and private conservation units of the Paraguay River in the Pantanal wetlands of western Brazil. **Belgeo**, 2017 (no prelo).
- IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- IBGE. Micro-região 12 (PA). In: **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas**. Rio de Janeiro, 1970.

- _____. **Sinopse do Censo Demográfico**. www.ibge.gov.br/@cidades, 2010.
- _____. **Pedologia: Mapa esquemático de solos, Amazonas, Pará**. Brasília, 2012. ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/pedologia/mapas/unidades_da_federacao/am_pedologia.pdf.
- _____. **Produção municipal**. www.ibge.gov.br/@cidades, 2017.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1988 (1899).
- MACEDO, M.A.; TEIXEIRA, W. Sul do Amazonas, nova fronteira agropecuária? **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Natal: INPE, 2009, p. 5933-5940.
- MURPHY, A.B. Territory's continuing allure. **Annals of the Association of American Geographers** v.103, n.5, p. 1212-1226, 2013.
- MTV (Movimento Tapajós Vivo). (2011). **Governo vai reduzir unidades de conservação para construir hidroelétricas no Tapajós (PA)**. <http://www.movimentotapajós vivo.com.br>.
- OLIVEIRA, A.U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.
- PACHECO, P.; POCCARD-CHAPUIS, R. The complex evolution of cattle ranching development amid market integration and policy shifts in the Brazilian Amazon. **Annals of the Association of American Geographers** v.102, n.6, p. 1366-1390, 2012.
- RATZEL, F. **The history of mankind**. London: MacMillan, 1896(1885-88).
- _____. Le Sol, la société et l'état. **L'Année sociologique** v.3, p. 1-14, 1898-99.
- _____. The territorial growth of states. In: AGNEW, J., LIVINGSTON, D. N.; ROGERS, A. (orgs.), **Human Geography: an essential anthology**. Oxford: Oxford University Press, 1996(1896), p. 525-535.
- RAY, C. Neo-endogenous rural development in the EU. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. (orgs.), **Handbook of rural studies**. London: Sage, 2006, p. 278-291.
- RICHNER, D. K. **Facing East from Indian country**. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2002.
- RUTHENBERG, H. **Farming systems in the tropics**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1980.
- SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1986.
- SCHMINK M.; WOOD C.H. **Contested frontiers in Amazonia**. New York: Columbia Univ. Press, 1992.
- SCHNEIDER, J. Spirits and the spirit of capitalism. In: BADONE, E. (org.), **Religious orthodoxy and popular faith in European society**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1990, p. 24-53.
- SIMMONS, C., WALKER, R.; ARIMA, E. Amazonian land war in the south of Pará. **Annals of the Association of American Geographers** v.86, p. 567-592, 2007.
- SIMMONS, I.G. **Changing the face of the earth**. Oxford: Blackwell, 1989.
- SLATER, C. **Dance of the dolphin**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1994.
- SMITH, N.J.H. **The enchanted Amazon Rain Forest**. Gainesville: Univ. of Florida Press, 1996.

- SOJA, E.W. **The political organization of space**. Washington DC: AAG, 1971.
- SOUZA, M.J.L. O território. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C. E CORRÊA, R.L. (orgs.), **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- VARSHVEY, A. **Ethnic conflict and civic life: Hindus and Muslims in India**. New Haven: Yale University Press, 2002.
- WWF (World Wifelife Fund). **Tapajós: o rio de vez para construção de hidroelétricas**. www.wwf.org.br, 2012.